

1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A visão de longo prazo do estado de Santa Catarina nos remete a uma perspectiva de desenvolvimento, na qual obtém-se a seguinte situação futura:

"Ser o Estado de Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, onde se promova a redução das desigualdades entre cidadãos e entre regiões e a melhoria da qualidade de vida da sua população".

2 MEGA-OBJETIVOS

2.1 MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida da população catarinense, ainda que seja propalada como uma das melhores do Brasil, é muito desigual entre as pessoas e entre as regiões. É necessário definir e executar políticas públicas que permitam melhorar as condições de atendimento das necessidades da população nas áreas da educação, saúde, segurança, habitação, saneamento e preservação ambiental. A melhoria da qualidade de vida da população catarinense será alcançada por meio da promoção do desenvolvimento sustentável e regionalizado, bem como da modernização da gestão pública estadual.

2.2 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

A administração pública em Santa Catarina não utiliza adequadamente os modernos recursos e tecnologias de gestão, com graves prejuízos para sua eficiência, coordenação institucional e comunicação social. Os recursos da tecnologia de informação e comunicação podem e devem ser aplicados na gestão pública, propiciando maior eficácia, transparência e participação da sociedade. A reestruturação administrativa, baseada em um efetivo sistema de suporte à gestão governamental, com o apoio de ferramentas de planejamento, acompanhamento e avaliação de seus programas estratégicos, por meio de indicadores de resultado e impacto, garantirá maior efetividade das ações governamentais.

2.3 DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

A degradação ambiental no Estado tem resultado numa situação insustentável para a qualidade de vida da população. A ação do Governo descentralizado deve se concentrar na preservação, recuperação e manutenção dos recursos naturais, bem como nas atividades de prevenção e controle da poluição e acidentes ambientais, e ainda estimulando a opção por tecnologias poupadoras de energia e pela produção limpa, de modo a permitir a melhoria contínua das condições de vida.

2.4 INCLUSÃO SOCIAL

A deterioração do quadro social catarinense, provocado pelo modelo de desenvolvimento nacional, profundamente excludente, resultou no empobrecimento de parte de sua população, bem como levou a movimentos migratórios que acentuaram os problemas urbanos. A priorização de soluções que incentivem as vocações locais e favoreçam o ingresso ou reingresso na vida econômica, pela criação de emprego e renda para as pessoas, poderá reverter esse quadro

2.5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os sistemas produtivos locais são a base de sustentação da economia catarinense, mas apresentam uma defasagem tecnológica e gerencial, em termos de capacidade competitiva global, bem como tem sofrido com a política monetária praticada na última década. O

Governo deve incentivar e apoiar o desenvolvimento desses sistemas na direção de uma maior agregação de valor, com a incorporação de novas tecnologias, logística, cultura, design , conhecimento e financiamento, buscando uma articulação inter-institucional dos diversos atores públicos e privados envolvidos.

2.6 REGIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

O modelo centralizado de Governo, além de não permitir a participação da sociedade, tende a desconsiderar todas as peculiaridades regionais, perenizando, em consequência, as desigualdades entre cidadãos e entre regiões. A descentralização do Governo propicia maior participação da sociedade e facilita a formulação e gestão de políticas públicas para a redução dessas desigualdades. A regionalização do desenvolvimento se dará pela criação e consolidação de um nível intermediário de Governo, responsável pelo planejamento regional, execução das ações governamentais e articulação público-privada.

3 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

As características da nova gestão expressam a forma como se desenvolvem as ações do Governo, especialmente em seu relacionamento com a sociedade. Essas características devem estar refletidas nas ações setoriais propostas, e podem ser descritas:

3.1 DESCENTRALIZAÇÃO

Para que o Governo esteja efetivamente presente em todo o território catarinense, é indispensável a descentralização de sua atuação. Esta descentralização deve ser entendida como um movimento consciente no sentido de fazer com que as decisões sejam tomadas no escalão mais adequado em cada caso, desconcentrando o processo decisório, ampliando as possibilidades de participação popular e aumentando a eficiência e a eficácia da máquina administrativa do Estado.

A descentralização é o instrumento para prestar melhor atendimento ao cidadão, reduzir custos, modernizar e agilizar a atuação dos órgãos da estrutura governamental. No plano administrativo, o processo de descentralização das decisões está ocorrendo dos órgãos centrais para os regionais e destes para as unidades finalísticas, como as escolas, hospitais, delegacias, agências, etc., buscando que as decisões sejam tomadas nos níveis que têm melhor conhecimento dos problemas, facilitando, por outro lado, a efetiva participação da sociedade.

A descentralização significa, também, a transferência da responsabilidade pela execução de algumas ações para a esfera municipal, com a correspondente transferência de recursos financeiros, com o objetivo de reduzir os custos e otimizar a aplicação da arrecadação.

3.2 MUNICIPALIZAÇÃO

A municipalização se manifesta pelo apoio do Estado aos municípios, por meio de ações que viabilizam a execução de obras locais; significa o reconhecimento de que a melhoria da qualidade de vida da população freqüentemente depende de realizações de âmbito restrito que, apesar do custo relativamente baixo, não podem ser suportadas pelos municípios.

Coerentemente com a diretriz de descentralização, é importante a valorização da participação dos municípios na definição das ações que o Estado deve desenvolver para eliminar as causas dos problemas que afetam a população, promovendo o verdadeiro desenvolvimento social. No processo de municipalização o Estado passa a concentrar as atividades de planejamento e de definição de políticas, induzindo o desenvolvimento por meio da transferência das ações executivas para os municípios.

3.3 ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS MODERNAS DE GESTÃO

A máquina administrativa do Estado não tem feito utilização adequada dos modernos recursos e tecnologias de gestão, com prejuízo para sua eficiência. Os recursos da Tecnologia da Informação podem e devem ser utilizados na administração pública, propiciando maior transparência e viabilizando a maior participação da sociedade.

3.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O mandato atribuído a um governante não corresponde a uma autorização para atuação isolada e absoluta, que desconhece a dinâmica da participação da sociedade. O Governo tem que atuar numa permanente parceria com a sociedade, pois servi-la é sua única finalidade.

O que se está fazendo, inovadoramente, no Estado de Santa Catarina, é uma verdadeira revolução política, participativa e democrática na administração pública catarinense. Mecanismos de participação da sociedade nos processos decisórios, especialmente nas áreas sociais, estão sendo implantados ou aperfeiçoados, viabilizando uma efetiva gestão democrática. A utilização dos recursos da Tecnologia da Informação é fundamental para concretizar estes mecanismos de participação.

3.5 INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SETORIAIS

Só pode haver gestão eficiente onde há integração administrativa. O sucesso do gerenciamento público depende da sintonia das ações de todos os órgãos governamentais. As informações devem circular com agilidade no propósito do atendimento ao cidadão.

Destaque-se que a governabilidade não depende apenas do Governo. Depende de um conjunto de instituições que pactuam de forma a encaminhar a sociedade para uma direção, numa convergência de decisões encadeadas.

4 PLANEJAMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO

A modernização da gestão implantada pelo atual governo do Estado de Santa Catarina, por meio de suas características: descentralização, municipalização, uso de tecnologias modernas de informatização, democratização dos processos decisórios e integração das ações setoriais, expressa-se, principalmente, no seu processo de planejamento, de maneira pioneira no estado.

4.1 PLANEJAMENTO DESCENTRALIZADO

A criação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento, com autonomia de gestão, implica também a descentralização do processo de planejamento, o que exige a capacitação de todas as regiões em métodos de planejamento participativo, de forma a identificar as aspirações locais e programar as ações que possam levar à superação de suas dificuldades. Tanto essas ações quanto suas prioridades são definidas pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional, após uma análise de problemas e objetivos desejados; essas entidades, recém criadas pelo atual Governo, representam uma outra forma de participação da sociedade, de modo igualitário, com outras instâncias de Governo.

Ficou patente, durante o desenvolvimento do processo participativo do planejamento descentralizado, origem deste Plano Plurianual (PPA), a adesão e o entusiasmo das comunidades locais, que puderam se manifestar de forma aberta e democrática, sobre suas carências e aspirações, sugerindo meios e modos de ação corretiva. Constatou-se também a inevitabilidade da integração setorial de várias ações, por meio de programas multidisciplinares com o objeto de atacar eficazmente o cerne dos problemas levantados e suas causas percebidas.

Essa particularidade, e a necessidade de coordenar as 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional, requerem a aplicação de modernas técnicas de gestão participativa no serviço público, a fim de coordenar as diferentes ações setoriais de forma eficiente e eficaz para a solução dos problemas identificados. Isso é realizado através dos programas estabelecidos, constantes do Plano Plurianual (PPA). Ou seja, o Estado de Santa Catarina possui, não só o orçamento regionalizado, mas também o próprio planejamento descentralizado e participativo; o orçamento representa a expressão financeira das ações de governo, sendo consequência do planejamento.

4.2 PLANEJAMENTO REGIONALIZADO

Em razão das políticas de descentralização e municipalização adotadas pelo Governo, e da receptividade e entusiasmo demonstrados pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional, já se notam iniciativas próprias das novas Secretarias visando ao desenvolvimento regional e à solução dos problemas locais, nas suas dimensões econômica, social e ambiental. Assim, as ações planejadas regionalmente vão compor o planejamento por programas (PPA) com o foco na região, cabendo às Secretarias Centrais, especialmente a de Planejamento, Orçamento e Gestão, a coordenação desses esforços para a efetividade daqueles programas, que são multidisciplinares ou que transcendem os limites regionais.

As Secretarias de Desenvolvimento Regional já receberam treinamento inicial em técnicas de planejamento estratégico situacional e participativo, devendo essa capacitação tornar-se uma atividade contínua, devido à natural substituição de quadros de governo local. O importante é estimular e manter a participação da sociedade civil na orientação das soluções que lhe afetem diretamente, por meio de técnicas participativas.

Neste ciclo de planejamento, o processo conduzido pelo atual Governo caracteriza-se, inovadoramente, pela descentralização e pela ampla participação da sociedade na sua formulação. O PPA 2004-2007, assim, está mais alinhado com a visão da sociedade sobre seus problemas e com a prioridade relativa que ela lhes atribui.

5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO

5.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Realizar o Diagnóstico Econômico do Estado de Santa Catarina, com detalhamento a nível microrregional, para a elaboração do Plano Diretor das políticas públicas para o setor econômico a curto, médio e longo prazo.

Garantir a qualificação permanente da mão-de-obra.

Apoiar a implantação de incubadoras de negócios, especialmente nas universidades e instituições de ensino médio e superior, objetivando criar condições para que o jovem possa montar seu próprio negócio.

Formar um fundo para o financiamento da micro e pequena empresa, proveniente da receita gerada pelo simples.

Incentivar a competitividade e expansão das empresas localizadas no Estado e a implantação de novos empreendimentos em áreas deprimidas.

Viabilizar a participação de empresas catarinenses em feiras e exposições nacionais e internacionais.

Viabilizar obras de infra-estrutura imprescindíveis ao Desenvolvimento Econômico, de forma a potencializar as oportunidades de expansão da atividade econômica do Estado, e reequilibrar, em todo o seu território, a população e o desempenho da economia.

5.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E PESQUEIRO

Programar investimentos em infra-estrutura básica do meio rural nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica, comunicação, transporte, habitação, esporte e lazer, com o objetivo de incentivar a permanência do homem no campo, através da melhoria da qualidade de vida nas comunidades rurais.

Realizar - com detalhamento a nível microrregional - o Diagnóstico da Agricultura Catarinense, como suporte para o Planejamento Estratégico, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural, para a criação de renda e negócios agropecuários.

Atender microbacias hidrográficas nos municípios com maiores necessidades sociais e ambientais, com instalação de equipes técnicas de apoio em parceria com a comunidade, equipes municipais e entidades organizadas, visando o desenvolvimento sustentável.

Melhorar a infra-estrutura das propriedades rurais e das comunidades agrícolas.

Reestruturar os serviços de apoio à produção rural.

Apoiar a produção de alimentos orgânicos.

Oferecer novas alternativas para o jovem agricultor e pescador, com a implantação de programas que propiciem a sua formação e qualificação.

Criar oportunidades para a agregação de valor à produção agrícola e pesqueira, possibilitando o aumento da produtividade, a exploração de atividades mais lucrativas e pela incorporação da qualidade em processos de industrialização de baixo custo, com o objetivo da melhoria da renda das famílias do meio rural e pesqueiro.

Disseminar a aplicação de novas tecnologias, que propiciem a diversificação e o aumento da produção e da produtividade rural.

Executar ações de defesa sanitária animal e vegetal em parceria com o setor privado, as universidades, as cooperativas e os sindicatos das categorias rurais.

Criar novas oportunidades de negócios agropecuários, principalmente nas áreas de maior valor agregado, como a aqüicultura, maricultura, piscicultura, fruticultura, floricultura e plantas ornamentais, insumos para a indústria de perfumaria, cosméticos e medicamentos, bem como a prospecção de novos produtos para o mercado internacional.

Ampliar o programa do Fundo de Terras, visando atender a enorme demanda de famílias de trabalhadores rurais que aguardam o acesso a terra.

Estabelecer parcerias com as cooperativas para ampliar a cooperação técnica e disseminar as ações governamentais no setor.

Constituir, em parceria com o MEC e os Municípios, uma rede de escolas técnicas rurais.

Expandir as oportunidades de crédito, especialmente para habitação, instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos na área rural e no setor pesqueiro.

5.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Redefinir a política estadual de Ciência e Tecnologia, reestruturar os órgãos estaduais e promover sua integração com as universidades, setores produtivos e consumidores.

Priorizar os projetos de pesquisa e desenvolvimento vinculados aos programas de desenvolvimento regional.

Fomentar a indústria de tecnologia de informação, com o objetivo de promover o desenvolvimento da capacidade local de produção de bens e serviços.

Ampliar a formação de pesquisadores.

Incentivar os setores produtivos na pesquisa de processos, que agreguem valor a seus produtos, ou propiciem desenvolvimento de sua própria tecnologia.

5.4 DESENVOLVIMENTO URBANO

Estabelecer uma política estadual de desenvolvimento urbano, baseada na parceria com os municípios, privilegiando a adoção de ações nas regiões com menores índices de desenvolvimento social.

Prover as pequenas cidades de equipamentos sociais, de saúde, de educação e de lazer, de forma a evitar o êxodo para as cidades de maior porte.

Promover a criação e a preservação de áreas verdes centrais, para transformação em parques e áreas de lazer.

Consolidar a implantação das Regiões Metropolitanas.

Apoiar a implantação do Estatuto da Cidade nos municípios de porte médio ou pequeno, viabilizando seu desenvolvimento harmônico e adequado.

Apoiar o desenvolvimento de políticas urbanas que combatam a segregação social e privilegiem os espaços públicos.

Criar linhas de crédito para a construção de casas para as populações de baixa renda.

Auxiliar os municípios na definição das chamadas Zonas de Especial Interesse Social, com o objetivo de estabelecer parâmetros específicos para construções populares.

Apoiar os municípios na revisão de suas leis de parcelamento do solo, código de obras e zoneamento urbano, para adequá-las às necessidades das habitações de interesse social.

Incentivar e apoiar a implantação de políticas municipais de habitação popular, com ênfase nos processos de autoconstrução e mutirão, como forma de viabilizar e baratear a habitação.

Privilegiar, em parceria com as Prefeituras, a política de loteamentos populares e reurbanização de áreas degradadas.

5.5 EDUCAÇÃO

Descentralizar a gestão, de modo a municipalizar o ensino fundamental, para melhoria da sua qualidade, da remuneração dos professores e das condições de trabalho do corpo docente.

Reformar e ampliar prédios e equipamentos escolares, tornando a escola realmente acolhedora.

Implementar uma sistemática de remuneração que premiê a competência, o comprometimento e a assiduidade.

Revisar e atualizar a proposta curricular, com real entrosamento entre as áreas geradoras de conhecimentos e as responsáveis pela formação do comportamento e atitudes.

Aplicar os recursos do FUNDEF exclusivamente para os seus fins específicos.

Incentivar a efetiva participação dos pais no acompanhamento administrativo, pedagógico e financeiro da escola, fazendo-os co-participantes e co-responsáveis.

Efetuar programa permanente de aumento da capacitação do corpo docente.

Estabelecer parcerias com os municípios visando otimizar a utilização de todos os espaços escolares públicos disponíveis.

Garantir a universalização do acesso à Educação.

Garantir o acesso ao Ensino Médio de todos os concluintes do Ensino Fundamental.

Ampliar o acesso à Educação Profissional.

Reformular a política educacional da UDESC, viabilizando a implantação de centros em regiões pólo ainda não atendidas, bem como analisar alternativas de garantia de vagas para estudantes egressos de escolas públicas.

Construir e ampliar as Bibliotecas escolares.

Ampliar os espaços de multiuso, para a prática de esportes, atividades culturais e recreativas.

Fazer, em parceria com os municípios e empresas, um amplo programa de ensino supletivo para melhoria da qualificação profissional de pessoas em idade de acesso ao mercado de trabalho.

5.6 CULTURA

Fazer do Conselho Estadual de Cultura, o formulador da política do setor.

Preservar a identidade cultural catarinense.

Estimular a pesquisa científica, através das fundações, universidades e instituições oficiais e particulares, visando contribuir para a universalização do conhecimento de nossa realidade cultural.

Atuar efetivamente na proteção de bens de valor histórico, artístico, paisagístico, cultural e científico, assegurando e resguardando a memória de nosso patrimônio cultural.

Prestigiar o artista catarinense, apoiando a divulgação de seu trabalho.

Incrementar a política de construção e preservação de espaços culturais, dando acesso à cultura a todas as camadas sociais e viabilizando a geração de oportunidades de trabalho a partir de atividades culturais.

Coordenar a captação de recursos da Lei Rouanet e da correspondente Lei estadual, para que cada região possa ter espaço de multiuso para eventos culturais.

5.7 SAÚDE

Planejar regionalmente as ações de Saúde, considerando o perfil demográfico, o perfil epidemiológico da população e as características quantitativas e qualitativas da rede de Saúde na área.

Reavaliar o sistema de gestão dos hospitais regionais do Estado, com o objetivo de garantir seu funcionamento adequado.

Implantar Centros de Diagnóstico regionais, potencializando os municípios pólos de referência e levando os serviços para mais perto dos cidadãos.

Construir hospitais infantis regionais nas áreas de maior carência.

Implantar Centros de Atendimento Diário, para acompanhamento de pacientes psiquiátricos com transtornos severos, e Prontos Socorros Psiquiátricos

Auxiliar os municípios na ampliação do programa de atenção primária, especialmente os de agentes comunitários e de Saúde da Família.

Implantar Centrais de Regulação Regionais, para controle de leitos e marcação de consultas e exames.

Promover a criação de Centros de Controle de Doenças e de Centros de Vigilância Epidemiológica regionais.

Garantir o acesso a medicamentos básicos e específicos a baixo custo ou gratuitos, buscando um modelo para suporte da assistência farmacêutica.

Promover a ampliação da participação popular no controle social da área da Saúde, fortalecendo os Conselhos Locais, Municipais e o Estadual de Saúde, com o objetivo de operacionalizar as propostas provenientes destes fóruns.

Criar a Agência Estadual de Vigilância Sanitária, com seções regionalizadas, para atuação integrada com os municípios.

5.8 ESPORTES

Implantar programas e ações de apoio ao desenvolvimento de atletas infanto-juvenis de alto rendimento.

Elaborar uma Lei de Incentivo ao Esporte.

Transformar Santa Catarina em potência esportiva, fazendo uso racional dos espaços existentes em todo o Estado, da tradição esportiva regional e do potencial físico da população catarinense.

Ampliar a prática de esportes nas escolas, como parte da formação integral da criança e adolescentes, viabilizando a revelação de novos atletas.

Construir, ampliar e reformar espaços esportivos, visando disponibilizar instalações adequadas para o desenvolvimento de práticas esportivas.

5.9 BEM ESTAR SOCIAL

Promover e apoiar a elaboração e implantação de programas municipais de enfrentamento da pobreza.

Desenvolver programas regionais de capacitação ou readaptação de desempregados para recolocação no mercado de trabalho.

Apoiar a expansão da rede de creches e pré-escolas.

Desenvolver projetos especiais relativos à política de assistência social de forma integrada às atividades de esporte, cultura e lazer, na perspectiva de inclusão social.

Efetivar um amplo pacto para o estabelecimento de uma rede de inclusão e proteção social, com a participação de organizações governamentais e não-governamentais, sindicatos, empresas, movimentos sociais e comunidades.

Dar apoio técnico e financeiro aos municípios para ações de atendimento à família, à criança, ao adolescente, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiências.

5.10 SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE

5.10.1 Saneamento Básico

Estabelecer políticas claras para o setor, definindo rumos, metas, prioridades, formas de execução e recursos disponíveis.

Ampliar a cobertura do abastecimento de água nos municípios catarinenses, buscando alcançar a completa universalização do atendimento.

Priorizar o aumento significativo do atendimento à população urbana pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Incentivar e apoiar as soluções integradas entre municípios.

Apoiar a elaboração de Planos Diretores de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana.

Integrar as políticas e as atividades do Saneamento Básico às demais áreas da ação governamental.

Buscar, através do Saneamento Básico, a redução dos níveis de poluição do meio ambiente, em especial, dos mananciais de águas superficiais e subterrâneas.

5.10.2 Meio Ambiente

Definir os rumos, a forma de execução, de modo a incrementar a gestão local das atividades de preservação ambiental e gestão de recursos hídricos.

Incentivar e apoiar a criação dos Comitês de Bacias.

Estimular a criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

Envidar especial atenção ao controle da poluição dos recursos hídricos.

Em parceria com o Governo Federal, as Universidades e os Municípios, promover a recuperação de áreas degradadas.

Reavaliar as condições das Reservas Florestais/Ecológicas legalmente existentes.

Desenvolver e aperfeiçoar a pesquisa e estudos voltados ao conhecimento do meio ambiente, biodiversidade e recursos naturais, com vistas a uma utilização racional e sustentável.

Estabelecer medidas de controle da qualidade ambiental.

Promover a educação ambiental.

5.11 MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E SERVIDOR PÚBLICO

5.11.1 Modelo de Gestão

Implantar um modelo gerencial sintonizado com as modernas técnicas de planejamento público.

Alinhar estrategicamente a administração pública estadual com o novo processo de gestão, com ênfase na ação preventiva, aliada à descentralização das ações e à capacitação dos recursos humanos, e amparada na Tecnologia de Informação para dar suporte ao redesenho dos processos operacionais.

Profissionalizar e valorizar o servidor público.

Utilizar os mecanismos de avaliação de desempenho individual e de resultados operacionais.

Criar a Ouvidoria do Estado.

Descentralizar a estrutura pública estadual, dando maior autonomia às agências governamentais, apoiando-se no princípio de que quanto mais perto estiver do cidadão o poder de decisão com relação às políticas públicas, melhor será a qualidade da prestação do serviço.

Apoiar os municípios na viabilização da execução de obras locais.

Revisar a estrutura funcional do Estado e de seus órgãos, de modo a adequá-la ao Plano de Governo.

5.11.2 Administração Financeira e Tributária

Planejar estrategicamente a administração da dívida pública estadual e controlar o nível de endividamento do Estado de Santa Catarina.

Priorizar o esforço fiscal da administração pública com acompanhamento e o controle dos gastos públicos e o aumento da arrecadação através de redução da inadimplência e da sonegação fiscal.

Facilitar as relações fisco/contribuinte, com a ampliação dos prazos para apuração e recolhimento do ICMS, para adequá-los à realidade da estabilidade econômica e aprimorar o foco de atuação para um trabalho de prevenção, com estímulo ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

Reformar o Sistema Estadual de Previdência.

Lutar para a reversão do processo de privatização do BESC, a fim de fundi-lo ao BADESC, criando um forte banco comercial e de fomento.

5.12 ORGANIZAÇÃO DE LAZER E TURISMO

Melhorar a infra-estrutura nas áreas de interesse turístico com recursos públicos e do PRODETUR.

Realizar o Diagnóstico Setorial do Turismo Catarinense, para a elaboração do Plano Diretor das políticas públicas para o setor a curto, médio e longo prazo.

Criar uma sistemática de classificação da rede de hospedagem, alimentação e entretenimento.

Expandir e divulgar o Portal Turístico de Santa Catarina na Internet.

Intensificar a divulgação do potencial turístico de Santa Catarina.

Melhorar a prestação de serviços nas áreas de interesse turístico, como segurança pública, educação e saúde, principalmente, com o objetivo de oferecer ao visitante melhores condições de aproveitamento da viagem e a fixação de uma boa imagem do Estado.

Apoiar os municípios catarinenses na elaboração de planos para o desenvolvimento do turismo e viabilizar a implantação dos circuitos turísticos de águas termais, de turismo religioso e ecoturismo.

Incrementar ações para melhoria e aumento do espaço físico de multiuso destinado a congressos, convenções, feiras, exposições, eventos culturais e esportivos.

5.13 DEFESA DO CIDADÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Constituir o Conselho Superior de Defesa do Cidadão.

Integrar as ações das Polícias Civil e Militar nos municípios e regiões, promovendo o compartilhamento de ambientes de trabalho, veículos, meios de comunicação, recursos de informática e bancos de dados.

Implantar o Gabinete de Combate ao Crime Organizado, utilizando os núcleos de inteligência dos organismos policiais como instrumentos de trabalho investigativo.

Promover a criação de Conselhos Municipais e Comunitários de Segurança, garantindo a participação da sociedade na formulação de políticas locais de Segurança Pública.

Recompor e ampliar o quadro dos órgãos da área da Segurança Pública, promovendo a distribuição dos novos contingentes em todas as regiões do Estado.

Implantar programas de ação específicos no Sistema Penitenciários para assegurar o retorno do preso à comunidade, proporcionando inclusive o acesso dos detentos ao ensino profissionalizante.

Ampliar a rede estadual de estabelecimentos especiais voltados ao atendimento ao adolescente infrator, com a implantação de unidades em todas as regiões.

Estimular e apoiar a implantação de Guardas Municipais.

Apoiar os municípios na organização de órgãos locais de Defesa Civil.

Implantar núcleos de Polícia Técnica nas regiões Norte e Oeste do Estado e tornar o órgão central uma referência nacional e internacional em pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas de investigação científica.

Incentivar os municípios a criarem corporações de bombeiros comunitários.

5.14 ENERGIA

Priorizar a geração energética, pela CELESC.

Apoiar iniciativas no sentido da utilização do carvão mineral catarinense.

Melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica em todas as regiões do Estado.

Eliminar o déficit de atendimento existente na área rural.

Buscar a redução dos custos do transporte do gás boliviano em articulação com os demais Estados da região, com o objetivo de reduzir seu custo para os consumidores finais.

Viabilizar a construção de um gasoduto proveniente da Argentina, cortando o Estado de oeste a leste e beneficiando as regiões oeste, meio oeste e planalto serrano, inclusive com a construção de uma usina termelétrica no meio oeste.

5.15 TRANSPORTES E OBRAS

Desenvolver e implantar o Plano Diretor Intermodal de Transportes para o Estado.

Adequar a administração da infra-estrutura de transportes de Santa Catarina ao novo modelo nacional, implantando a agência reguladora estadual.

Pavimentar 500 km de rodovias estaduais, complementando o Programa BID-IV.

Reabilitar 850 km de rodovias estaduais, complementando o Programa BID-IV.

Pavimentar acessos a municípios integrando-os à malha viária pavimentada.

Dar continuidade a obras em andamento.

Atuar permanentemente junto ao Governo Federal, gestionando em favor da duplicação dos eixos rodoviários dos vales industriais e da BR-101 - trecho sul do Estado.

Implantar um programa de melhoria dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.

Recuperar a Ponte Hercílio Luz mediante aglutinação de recursos federais, estaduais e do setor privado.

Adotar ações para viabilizar a efetiva conclusão da BR-282, no trecho São José do Cerrito - Campos Novos, e Paraíso/Ponte sobre o Rio Peperi, na fronteira com a Argentina.

Apoiar a implantação da "Ferrovia do Frango", para melhorar as condições de escoamento da produção da região oeste, em condições mais competitivas.

Aprimorar a infra-estrutura aeroviária do Estado.

Definir rumos e forma de gestão que amplie a capacidade operacional do Porto de São Francisco do Sul.

Implantar sistemas de prevenção e de controle de enchentes, nas bacias hidrográficas de maior incidência histórica de calamidades provocadas pelas chuvas.

6 DIAGNÓSTICOS SETORIAIS

6.1 DIMENSÃO AMBIENTAL

6.1.1 Agricultura

O modelo de agricultura familiar em Santa Catarina representa, com base nos critérios de classificação do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf, um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% dos estabelecimentos rurais. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado, destacando-se como os principais produtores de feijão, milho, suínos, aves, leite, cebola e alho. A agricultura familiar catarinense é também muito expressiva na produção de mel, arroz, batata, fumo, mandioca, tomate, maçã, banana e outras hortaliças e frutas. Da mesma forma, o setor florestal representa uma importante base da economia catarinense.

O setor agropecuário participa com 13,8% do produto total de Santa Catarina. Além disso, possui grande vinculação com os complexos agroindustriais e de serviços estabelecidos no estado, constituindo-se no grande motor da economia estadual. Boa parte dos principais ramos industriais e de serviços do estado mantém uma estreita vinculação com o campo, através do intercâmbio de bens e serviços que projetam o estado como o quinto produtor nacional de alimentos e grande exportador. A agricultura e a pecuária catarinenses, apesar do seu nível de “modernização” e competitividade internacional que alcançou, não vêm conseguindo superar os sérios problemas sociais, econômicos e ambientais identificados.

Ao lado de agricultores familiares associados aos complexos agroindustriais como os de avicultura, suinocultura, bovinocultura, soja, maçã, fumo, madeira e outros, há um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, que enfrentam dificuldades econômicas,

sociais e ambientais, que lhes impede proporcionar uma qualidade de vida ideal às pessoas que dependem destas unidades de produção.

O atual modelo agrícola catarinense, sem dúvida, contribuiu significativamente, para o desenvolvimento do estado, empregando um grande contingente da população, produzindo alimentos e matérias-primas que impulsionaram, ao longo dos anos, a economia catarinense. Entretanto, esse modelo não está mais contribuindo com o mesmo peso para a geração de riqueza e nem ocorre de maneira harmoniosa e progressiva como no passado recente. A utilização não sustentável dos recursos naturais levou a uma profunda degradação do meio ambiente. A erosão do solo, o assoreamento e a contaminação dos cursos d'água por dejetos e agrotóxicos prejudicam a produção agropecuária e comprometem a qualidade de vida, tanto do homem do campo como dos moradores das cidades.

O modelo de produção agrícola predominante em Santa Catarina ainda está centrado no desenvolvimento de culturas e criações voltadas para a produção de commodities. A produção de commodities assenta-se na lógica econômica da diminuição dos custos de produção associada à ampliação das escalas de produção. Este modelo tem restringido as oportunidades para os agricultores familiares participarem do processo de desenvolvimento já que estes estão pautados pela diversificação produtiva. Contudo, a diversificação produtiva tem maiores possibilidades de conduzir à “sustentabilidade”. Há, assim, a necessidade de buscar um equilíbrio relativo entre: diversificação, escalas e produção de valor agregado.

No meio rural, a rentabilidade de algumas atividades vem decrescendo ou, quando muito, mantém-se estacionada em patamares inferiores à de outras regiões ou países. A renda per capita, além de ser inferior a dos trabalhadores urbanos, tem diminuído. Atualmente, há um grande contingente de famílias rurais que não encontram oportunidades para se desenvolver no meio rural, quer em atividades agrícolas ou não. Essas famílias, que poderiam estar inseridas no processo produtivo, estão sendo excluídas do seu meio. Em decorrência da baixa

qualidade de vida no meio rural, acentua-se o êxodo desordenado, principalmente de jovens em direção às cidades pólos da região e, crescentemente, a outras regiões. Esse fluxo migratório é mais acentuado em direção ao litoral. Como consequência, aumentam as desigualdades sociais intra e inter-regionais, crescem os bolsões de pobreza - antes característica das grandes cidades -, aumenta significativamente a insegurança das populações com elevados índices de criminalidade, efeitos negativos esses que comprometem o desenvolvimento e provocam má qualidade de vida, tanto da população rural como da urbana.

A baixa qualidade de vida da população foi diagnosticado como o problema central do setor rural e pesqueiro. Os principais problemas identificados e hierarquizados como causadores do problema central, segundo uma relação de causa e efeito, estão apresentados na figura.

Para resolver ou amenizar os problemas foram identificados os seguintes programas:

Programa de Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Prapem/Microbacias 2, que tem como objetivo central promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visem ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com efetiva participação dos atores envolvidos, em 879 microbacias hidrográficas;

Infra-Estrutura Rural e Pesqueira, através do qual o Governo realizará investimentos e prestar serviços de infra-estrutura no meio rural e pesqueiro;

Vigilância Sanitária, que buscará assegurar aos produtos da agropecuária, da pesca e da agroindústria, padrão de qualidade para serem comercializados e consumidos no mercado interno e externo;

Desenvolvimento Regional da Agricultura Familiar e da Pesca, apoiará a construção de políticas e estratégias de desenvolvimento regional e cooperação intra-regional;

Ambiente Rural Sustentável, para implantar um sistema de uso dos recursos ambientais para serem trabalhados e ocupados de forma sustentável;

Qualificação da Produção do Agronegócio Catarinense, com o intuito de apoiar a criação de atividades agroindustriais e redes de pequenas agroindústrias alimentares;

Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento, que objetiva assegurar a participação das comunidades rurais e pesqueiras, incluindo jovens e mulheres, na gestão das políticas públicas;

Acesso à Terra e Habitação Rural, com o objetivo de criar oportunidades de melhoria da qualidade de vida no meio rural, viabilizando crédito para aquisição de terra e moradia no meio rural e procedendo ao cadastramento e regularização fundiários dos imóveis rurais;

Pesquisa Agropecuária e Agrícola, Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesqueira, para disponibilizar aos agricultores, aqüicultores e pescadores, tecnologias, produtos e serviços, prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e pesqueira;

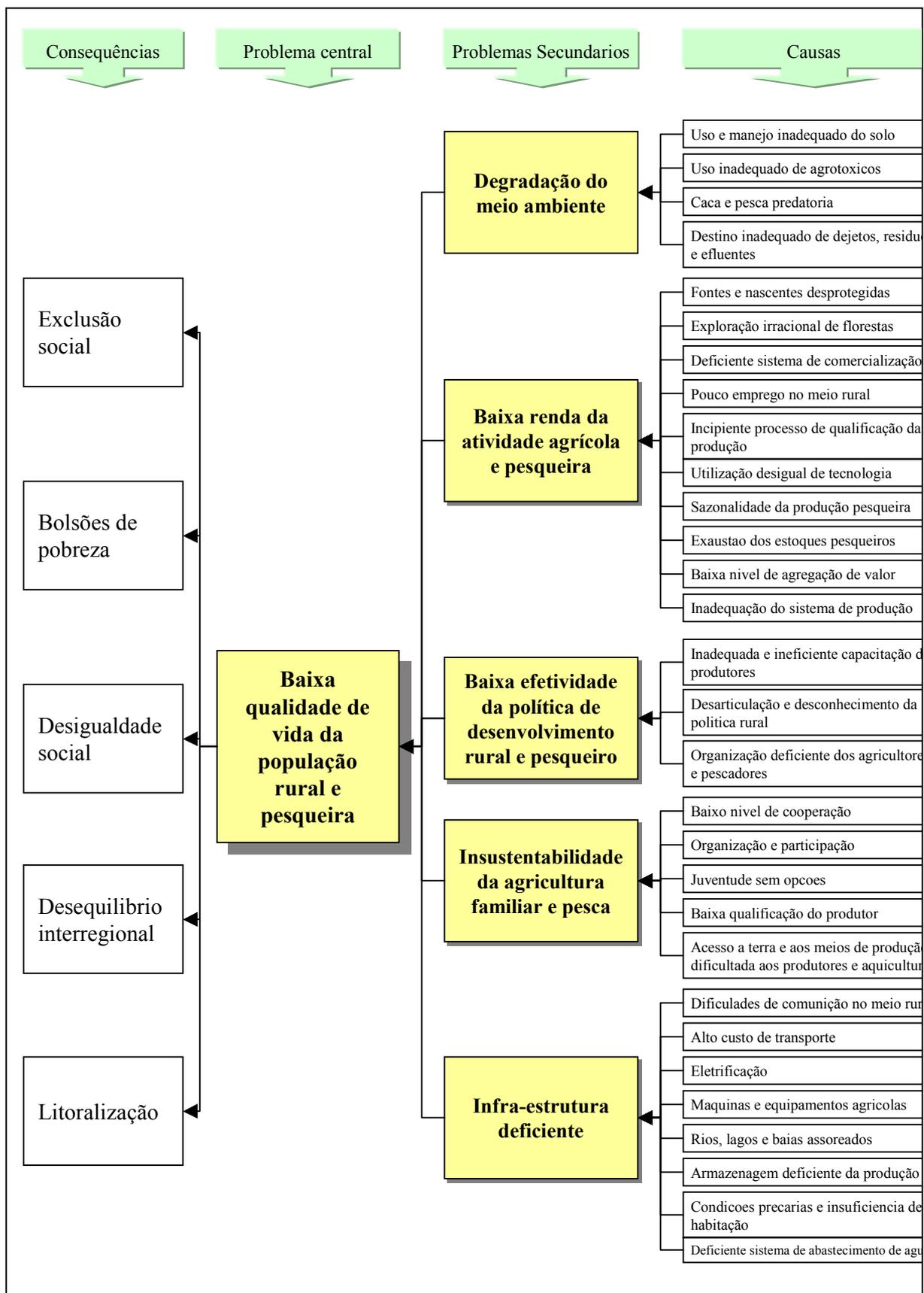
Planejamento e Informações Estratégicas, que visa a elaborar estudos socioeconômicos sobre o meio rural catarinense, desenvolver estudos estratégicos para embasamento de políticas públicas rurais, realizar estudos de cenários futuros e prospecção de mercados, monitorar safras e mercados, realizar estudos de competitividade de agronegócios; manter um sistema de coleta, tratamento e divulgação de dados e informações;

Abastecimento Urbano, que organizará o processo de comercialização e abastecimento urbano, através da melhoria da infra-estrutura de comercialização e do desenvolvimento de logística de comercialização e distribuição de hortigranjeiros;

Fundo Estadual de Estímulo à Pesquisa Agropecuária – FEPA. Este fundo proporcionará apoio financeiro à realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham

por objeto a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação do desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária.

Hierarquia dos Problemas Identificados no Meio Rural e Pesqueiro Catarinense



6.1.2 Meio Ambiente

Nos últimos anos, a situação do meio ambiente catarinense tem se deteriorado sensivelmente, já causando preocupação ao cidadão comum. Muitas são as causas desse agravamento da poluição ambiental, a grande maioria delas coincidentes com aquelas verificadas no resto do país. Entre as causas típicas do estado catarinense estão: a poluição nos rios devido aos dejetos suínos, aos agrotóxicos e aos despejos industriais de indústrias de alto poder poluidor (têxteis, metalúrgicas e papelarias); contribuem também para essas causas a situação precária do atendimento ao saneamento básico urbano e rural, um dos menores do país.

O problema central identificado no tema Meio Ambiente foi a Gestão e Manejo Inadequado dos Recursos Naturais, que apresenta as seguintes causas centrais: (i) controle ambiental ineficaz, (ii) conflitos pelo uso dos recursos hídricos e (iii) falta de estrutura legal de saneamento básico.

1 - O controle ambiental ineficaz resulta, principalmente, de: ausência de inventário florestal, consciência ambiental incipiente, desarticulação entre órgãos ambientais, falta de aprovação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, a fragilidade e desarticulação institucional do CONSEMA e CONDEMAS, a disposição inadequada de resíduos da mineração e a má gestão ambiental da suinocultura e o uso indevido das áreas de preservação permanentes - APP's.

Para enfrentar este problema foi estruturado o Programa de Preservação, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente, composto de ações no sentido de: implantar projetos de aterros sanitários em parceria intermunicipal com adequação técnica; implementar a produção de mudas nativas para recuperação de áreas degradadas; orientar os produtores rurais no manejo sustentável de florestas nativas; promover a recuperação de áreas degradadas que sofreram desmatamento desordenado; proporcionar ações que visem à adequação do uso de agrotóxicos; implantar centros de educação ambiental; elaborar diagnóstico ambiental sobre a emissão de poluentes atmosféricos; implantar rede coletora para tratamento e destinação final do esgoto sanitário; ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água; estabelecer zoneamento ecológico-econômico com a finalidade de ordenar a ocupação e uso da terra; elaborar sistemas que contemplem a coleta seletiva e a destinação adequada de resíduos sólidos; fortalecer a estrutura de fiscalização ambiental existente; elaborar e atualizar diagnósticos da poluição industrial; readequar as estruturas receptoras dos dejetos da suinocultura e avicultura.

2 - O Conflito pelo Uso dos Recursos Hídricos ocorre em função de: arranjo institucional confuso na área de recursos hídricos; ausência de saneamento básico; comitês de bacias sem instrumento para exercer suas funções; descontrole do poder público no uso dos recursos hídricos; desperdício e gerenciamento técnico ineficaz dos recursos hídricos; micro e macro; legislação estadual de recursos hídricos falha e desatualizada; desconhecimento da situação das bacias hídricas; e uso inadequado do solo.

Para solucionar esta situação está sendo proposto o Programa Gestão dos Recursos Hídricos composto pelas seguintes ações: implementar a estrutura institucional da gestão dos recursos hídricos; apoiar técnica e financeiramente os comitês de bacias hidrográficas; implantar o

sistema de controle e prevenção de eventos hidrológicos; implementar a outorga de direito de uso dos recursos hídricos; implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; elaborar planos diretores que visem aprofundar e orientar a implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos, e implementar um sistema estadual de informações de recursos hídricos.

3 - A Estrutura Legal Conflitante ocorre em função da inadequação da legislação ambiental para as características mesoregionais, da falta de estrutura legal de saneamento básico e da falta de política de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Para solucionar estes problemas, formulou-se o Programa Estudo, Informações e Controle Ambiental, consistindo nas ações: reformular a legislação ambiental, implantando um zoneamento ecológico-econômico; padronizar informações ambientais; capacitar e treinar o quadro de pessoal, bem como reestruturar os órgãos ambientais existentes; agilizar o licenciamento ambiental; ordenar a ocupação das unidades de conservação; despoluir os mananciais de água e recuperar a mata ciliar de acordo com o código florestal; adequar a legislação ambiental em nível regional e elaborar estrutura legal para saneamento básico com a implantação e implementação de Políticas Estaduais de resíduos sólidos, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem urbana, e de saneamento rural.

Gestão e Manejo inadequado do Meio Ambiente

Controle Ambiental ineficaz

Preservação e Recuperação ineficiente do Meio Ambiente

Estrutura Legal conflitante

Sistemas de informações ambientais desarticulados.	Conflitos pelo uso dos recursos hídricos.	Inadequação da Legislação Ambiental para as características Meso-regionais.	
Insuficiente estrutura organizacional dos órgãos ambientais.		Saneamento Básico deficiente.	Falta de estrutura legal de Saneamento Básico.
Deficiência do serviço de Fiscalização Ambiental.		Uso e ocupação inadequada do solo.	
Desarticulação entre os diversos órgãos ambientais.		Destinação inadequada dos resíduos sólidos.	
Fragilidade e desarticulação dos Conselhos de Meio Ambiente.		Ausência de gerenciamento florestal.	
Falta do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.		Uso inadequado de Agrotóxicos.	
Ausência de inventário florestal (zoneamento)		Educação Ambiental insuficiente.	
Deficiência do Sistema de Licenciamento Ambiental		Emissões atmosféricas sem controle adequado.	
	Insuficiência de tratamento de efluentes industriais.		
	Má gestão de dejetos e suínos e aves.		

6.2 DIMENSÃO SOCIAL

6.2.1 Desenvolvimento Social e Urbano

No tema de Desenvolvimento Social e Urbano, os problemas centrais identificados foram: i) crescimento urbano desordenado; ii) déficit de geração de emprego e renda; iii) fragilidade da política estadual de assistência social; e iv) déficit habitacional urbano e rural.

O crescimento urbano desordenado é resultado, entre outras causas, da inadequação e da baixa capacidade instalada da infra-estrutura urbana, da inexistência de política urbana, legislação urbana municipal e da incapacidade institucional e financeira dos municípios para operações de crédito, fatores esses agravados pelo êxodo rural desordenado. O Programa Ordenamento de Ocupação Territorial visa abordar esses problemas e a integração das ações, por meio da capacitação dos municípios para racionalizar a ocupação dos espaços municipal e intermunicipal e para ter acesso financeiro a iniciativas de planos diretores racionais.

O *déficit de geração de emprego e renda* decorre de fatores econômicos nacionais e internacionais, consequência do processo de globalização da economia e da reestruturação tecnológica requerida. O mercado de trabalho formal absorve aproximadamente 40 % da população economicamente ativa (PEA), que enfrenta problemas de escassez de alternativas de geração de renda e dificuldades de inserção do trabalhador no mercado (decorrente da falta de investimentos, da baixa qualificação e escolaridade dos trabalhadores etc.). As ações do programa de Geração de Emprego e Renda atacam esses problemas.

O “Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina” (Instituto CEPA/SC, 2003) indica que 10,7 % das famílias vivem em situação de indigência e aponta 32,7 % de pessoas pobres em relação à população total do estado. O problema central identificado foi a *fragilidade da política estadual de assistência social*, expressa pela inadequação das ações empreendidas pelos atores sociais vinculados, resultantes em baixo impacto nas famílias, pois o foco era o indivíduo, fato que deve ser modificado na atual gestão, com planos de capacitação dos atores e de assessoria técnica e financeira aos municípios, mudando o foco para o núcleo familiar.

O déficit habitacional urbano e rural é outro problema central a ser equacionado, especialmente em relação às moradias para a população de baixa renda, que não tem acesso às linhas de crédito existentes. Uma causa crítica para isso é o custo elevado da habitação, motivado pela elevada carga tributária, incapacidade institucional dos municípios gerirem os programas e pouco incentivo a soluções não convencionais para a habitação popular. Neste sentido, os Programas Nova Casa, Vila Cidadã e Gestão da Política Habitacional se complementam, com ações financiadas ou dirigidas à população de baixa renda, visando aumentar a capacidade institucional de gerenciamento habitacional dos municípios e com pesquisas de novas tecnologias e materiais para baixar custos.

Essas quatro áreas de atuação pública mantêm, entre si, interfaces que podem ser agrupadas em três eixos comuns:

- necessidade de elaboração formal e de integração de políticas públicas norteadoras da atuação dos setores responsáveis e da distribuição de recursos;
- necessidade de capacitação dos atores envolvidos para a concretização desses processos de forma descentralizada e participativa;

- atendimento à população vulnerabilizada socialmente, de modo a permitir sua inclusão social.

6.2.2 Educação

O desenvolvimento de atividades relacionadas com educação, ensino, instrução pública, magistério, assistência e apoio ao educando, compete à Secretaria de Estado da Educação e Inovação SED. A SED tem sob sua responsabilidade as unidades de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional. Para administrar a rede estadual de ensino a SED, além do órgão central, possui 29 Gerências Regionais de Educação. Segundo dados preliminares do Censo Escolar - 2003 existem, no Estado de Santa Catarina, 886.920 alunos matriculados na rede estadual, nos diversos níveis e modalidades de ensino.

A educação especial está a cargo da Fundação Catarinense de Educação Especial e a atuação do estado no ensino superior é de responsabilidade da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

Considerando-se a identificação dos problemas nas áreas apontadas, algumas questões devem ser consideradas para a definição de ações a serem implementadas na educação estadual, referente aos recursos materiais e equipamentos, gestão administrativa, financeira, pedagógica e pessoal, capacitação e formação dos profissionais da educação catarinense, inclusão digital e estrutura física:

- a existência de unidades escolares que não dispõem de dependências, equipamentos e mobiliários adequados para atendimento aos alunos e ao desenvolvimento satisfatório do trabalho escolar;

- a necessidade de suprir as unidades escolares de materiais administrativos, pedagógicos e tecnológicos apropriados ao processo ensino aprendizagem;
- a necessidade de capacitação – atualização, aperfeiçoamento, formação e valorização dos profissionais da educação que garantam a melhoria da qualidade; e
- a ineficácia e ineficiência do atual sistema de descentralização financeira.

Tendo em vista esse contexto, os principais programas definidos foram nas seguintes áreas:

- *Capacitação e Formação dos Profissionais da Educação Catarinense.*
- *Estrutura Física, Recursos Materiais e Equipamentos;*
- *Tecnologia, Informática e Inclusão Digital.*
- *Gestão Administrativa, Financeira, Pedagógica e de Pessoal;*
- *Descentralização do Ensino;*
- *Fomento à Ciência, Pesquisa e Empreendimento Tecnológico;*

Saúde

De acordo com a análise dos problemas relacionados à saúde, levantados nas diferentes regiões do estado e unidades da Secretaria de Estado da Saúde, eles foram sintetizados em um único: *Insuficiência da capacidade para consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS em Santa Catarina*. Ele está relacionado com aspectos socioeconômicos, com as desigualdades regionais, com o perfil epidemiológico, com a capacidade instalada para produzir assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços de atenção básica, de média e de alta complexidade e com recursos humanos.

Buscando positivar de forma planejada as situações negativas identificadas e estabelecer condições para o correto cumprimento das diretrizes e dos princípios postulados pelo SUS no estado, foram definidos, na área da saúde, seis programas específicos:

1. *Regionalização da Assistência à Saúde*, que buscará garantir o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações e aos serviços de assistência à saúde nas 29 regiões do estado, o mais próximo possível de sua residência;
2. *Vigilância em Saúde*, com o objetivo de fortalecer as ações e os serviços de promoção, prevenção, notificação, avaliação e fiscalização em vigilância em saúde;
3. *Autonomia Gerencial da Rede Assistencial do Estado*, que visa conceder autonomia gerencial às unidades próprias da Secretaria de Estado da Saúde, visando à eficácia das ações e dos serviços de saúde, bem como a otimização e a racionalização dos recursos financeiros;

4. *Adequação Física e Tecnológica da Saúde*, com o objetivo de melhorar as condições materiais das unidades de saúde e, com isso, melhorar os serviços existentes;

5. *Desenvolvimento de Recursos Humanos*, que objetiva capacitar continuamente os profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde, com ênfase aos que trabalham na rede assistencial; e

6. *Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Saúde*, que visa a garantir o cumprimento das diretrizes e dos princípios que norteiam o postulado do SUS: assegurar aos seus usuários a integralidade, a equidade e a universalidade das ações e dos serviços de saúde.

Insuficiente capacidade para consolidação do Sistema Único de Saúde em Santa Catarina

Política de Recursos Humanos Inadequada	Abastecimento de Materiais de Consumo Inadequado	Materiais Permanentes Insuficientes ou Inadequados	Área Física Inadequada	Estrutura Organizacional Inadequada	Excessiva Centralização Orçamentária Financeira e Administrativa	Sistemas de Informações Ineficientes
---	--	--	------------------------	-------------------------------------	--	--------------------------------------

Articulação Intra e Inter institucional Insuficiente	Planejamento Inadequado	Recursos Orçamentários e Financeiros Insuficientes	Baixa e Irregular oferta de MAC	Controle Social Precário	Dificuldade no acesso e Irracionalidade no uso de Medicamentos	Atenção Básica Precária
--	-------------------------	--	---------------------------------	--------------------------	--	-------------------------

6.2.3 Segurança Pública

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, em forma ampla e participativa, envolvendo todos os órgãos que a compõem e os representantes das Secretarias de Desenvolvimento Regionais, identificou as reais causas dos problemas de segurança pública, seus efeitos e alternativas de solução, devidamente priorizadas, respeitando os desequilíbrios e as peculiaridades regionais.

O problema central identificado foi a *crescente sensação de insegurança* que assola a população catarinense, ora virtual, em decorrência da absorção de inseguranças de outras regiões brasileiras, ora real e presente em nossas cidades e lares. O cenário da Segurança Pública do Estado, descrito de modo sucinto, pode ser representado em quatro grandes grupos, dos quais três constituem os grandes programas da área da Segurança Pública, e um apresenta-se disperso nas diversas áreas de atuação do Estado, seus entes e da sociedade.

No primeiro grande grupo encontram-se os problemas voltados para a *deficiência da infra-estrutura*, que passaram a configurar um dos programas da Segurança Pública. Buscou-se, dentro das ações apresentadas, formular alternativas de solução para:

- falta de viaturas operacionais, viaturas inadequadas às diversas regiões do Estado, as dificuldades e limitações na manutenção da frota;
- edificações deficientes, inadequadas, com pouca funcionalidade, desgastadas pelo tempo, gerando ambientes pouco dignos aos profissionais da Segurança Pública e ao público que os frequenta;
- falta e a deficiência de materiais e equipamentos, dentro das diversas áreas: comunicação, informática, proteção individual;

- excessiva centralização e limitações orçamentárias.

No segundo grande grupo encontram-se os problemas identificados aos *recursos humanos*, onde se encontram identificados:

- a falta de efetivo, sua má distribuição e as disfunções existentes;
- as deficiências e limitações no treinamento e na capacitação profissional;
- a existência de salários incompatíveis;
- a necessidade de apoio nas áreas de saúde e jurídica, indispensáveis aos profissionais da Segurança Pública.

O terceiro grande grupo identifica todas as *questões operacionais* envolvidas, suas dificuldades, limitações e as possíveis alternativas de solução, sempre voltadas à ótica do cidadão catarinense, buscando dentro deste grande programa o enfrentamento das seguintes questões:

- incremento das ações preventivas em todos os aspectos do policiamento geral e nas modalidades específicas como: ambiental, trânsito, polícia comunitária; de modo a buscar a eficiência da atividade policial;
- ampliação da integração já existente, de modo a envolver todos os órgãos que participam do ciclo de persecução criminal. Integração ampla, com o completo compartilhamento dos sistemas de comunicações, informações, instalações físicas e a busca conjunta de soluções para os problemas levantados pela sociedade;
- ações de policiamento continuadas, de modo a fortalecer os laços com as comunidades e a garantir sua segurança;

- ampliação das atividades de bombeiro, com melhor estrutura, maior capacitação e legislação adequada para garantir um leque de atendimento maior dentro da comunidade catarinense;
- especial atenção às questões voltadas para a prevenção e a repressão ao tráfico de entorpecentes, bem como ao tratamento a ser dispensado aos dependentes do uso de drogas; ao porte de armas de fogo pela população em geral;
- ao mesmo tempo em que se busca dar maior proteção às vítimas de crimes e melhor proteção às testemunhas de crimes, busca-se ampliar e potencializar as corregedorias a fim de combater com maior eficiência a corrupção policial;
- destaque especial às questões que envolvem todo o sistema prisional, desde as instalações físicas, passando por todos os aspectos internos voltados ao atendimento dos reeducandos, até a sua inserção na sociedade, de modo efetivo, tentando-se reduzir os índices de reincidência.

Dentro do enfoque voltado a dar solução aos problemas reais da sociedade catarinense, na área da Segurança Pública, não deixaram de aflorar questões mais envolventes, inerentes a outras *áreas de atuação do Estado* e outros segmentos da sociedade, mas que, diretamente, trazem seus reflexos no aumento da criminalidade e por conseguinte na sensação de insegurança da população. Desemprego, êxodo rural, ocupação desordenada dos centros urbanos, sensação de impunidade, desestruturação comunitária e familiar, são exemplos de problemas reais que afetam diariamente a população e tem seus efeitos sentidos diretamente na população. São os graves problemas da sociedade catarinense que não deixaram de ser apontadas e levados aos diversos órgãos que compõe a estrutura estatal, para que, de forma sistêmica, busquem-se soluções a todos, atacando efetivamente suas causas.

6.2.4 Lazer

A Secretaria de Estado da Organização do Lazer supervisiona tecnicamente as gerências específicas das 29 Secretarias Regionais, além das entidades a ela vinculadas (SANTUR, FCC e FESPORTE). Os grandes problemas diagnosticados nas áreas do lazer, cultura, esporte e turismo são:

- desconhecimento pelo Poder Público e sociedade, de grande parte dos atrativos naturais, culturais e de estruturas para o turismo;
- ausência ou fragilidade de políticas públicas voltadas ao esporte, cultura e turismo;
- não aproveitamento do potencial turístico do Estado;
- pouco ou nenhum incentivo aos diversos segmentos da sociedade para o lazer, aqui incluídas a prática de modalidades de baixo custo: esportivas, caminhadas, passeios, valorização de aspectos culturais, etc.;
- ausência de campanhas promocionais, em escolas, tv, jornais, valorizando o patrimônio artístico, cultural, esportivo de nosso estado;
- pouca capacitação técnica dos agentes que atuam no lazer;
- carência ou inadequação de infra-estrutura para práticas desportivas, exposições, apresentações culturais e eventos.

Os programas para o setor, propostos de modo participativo, concentram ações que buscam corrigir essas deficiências. Importante frisar que, nos 293 municípios

catarinenses, há a consciência da importância do lazer como fator econômico, social e cultural, ainda que permaneça uma visão algo distorcida do paternalismo estatal.

Não ficou muito evidente, durante o processo participativo de planejamento, a utilização da parceria e a cooperação como forma de alavancar o desenvolvimento do estado nessas áreas, continuando a persistir, mesmo pós-diagnóstico, definições e proposições individualizadas, suportadas financeiramente pelo Estado e com informações vagas.

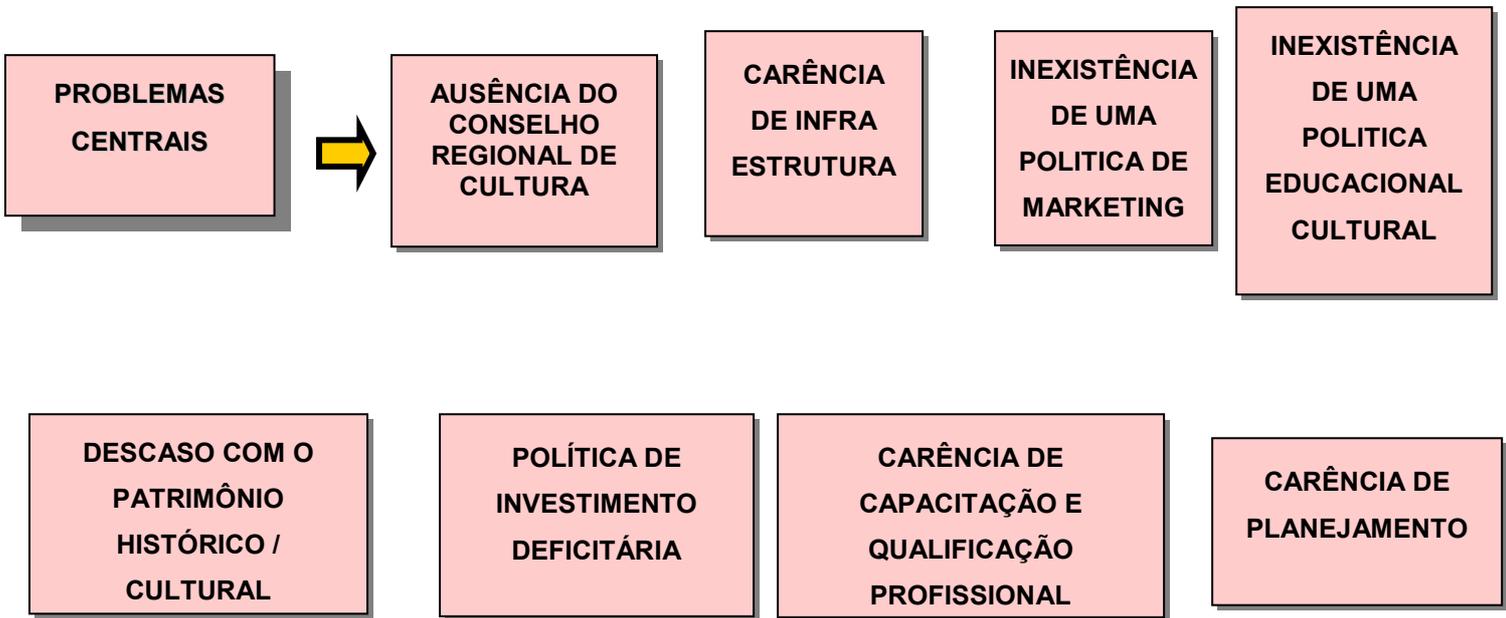
Há necessidade premente de inserir o cidadão catarinense no usufruto das suas belezas, da cultura e do esporte. O Estado deverá focar suas diretrizes para a área; primeiro, mapeando o universo do lazer em Santa Catarina; em seguida, tornando visível por meio de um grande programa de *marketing*, o que existe e as possibilidades identificadas, além de incentivar a ação conjunta público/privada em parceria com a sociedade civil.

Houve, na maioria das ações propostas, a solicitação do apoio do Estado para construção, reforma ou ampliação de estruturas físicas, principalmente para o esporte. Embora os investimentos solicitados sejam importantes, até fundamentais, deve haver antes um trabalho de base, consistindo na transformação do sentimento de carência em ação real de participação, usufruto e respeito pelo patrimônio coletivo.

Dentre as carências de infra-estrutura no setor turístico, apontam-se os aeroportos, acessos a cidades e pontos turísticos, além da deficiência no sistema de telefonia. O turismo receptivo, em vista das carências apontadas, é de baixa qualidade, tornando refratária atração para a atividade turística em boa parte do Estado.

Em relação ao esporte, a realidade presente levantada indica uma fraca participação da sociedade em geral. O esporte tornou-se restrito ao desporto de rendimento. As propostas de ações procuram cobrir a grande demanda por capacitação, em todas as áreas e regiões, demonstrando a consciência reinante de que não há mais espaço para o amadorismo. Ficou evidenciada a importância da retomada da presença dos diversos segmentos da sociedade catarinense na prática desportiva, como elemento propulsor de saúde, ação coletiva e valorização pessoal/grupal.

INDEFINIÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL



6.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

6.3.1 Infra-Estrutura

O principal problema identificado na área de infra-estrutura catarinense foi a carência de acesso asfaltado às sedes municipais. Esse acesso requerido, quando associado à melhoria das estradas vicinais e rodovias municipais, permitirá dotar as Secretarias de Desenvolvimento Regional de meios para escoamento de produção, circulação local de cidadãos e incentivos ao turismo inter-regional.

No campo *rodoviário*, os principais problemas identificados estão ligados às rodovias federais no estado, requerendo coordenação de ações com o PPA da União; nesse aspecto ressaltam-se as obras de conclusão ou restauração das rodovias BR-101, BR-282, BR-280 e BR-470, com importantes impactos na capacidade de exportação do estado. Essa recuperação das rodovias federais implica também idêntica reabilitação complementar nas rodovias estaduais de apoio, cujos principais trechos deverão ter o suporte do programa BID IV.

No campo *hidroviário*, igualmente, os principais problemas identificados referem-se à conservação e adequação dos portos sob concessão federal (Itajaí e São Francisco do Sul) à grande demanda de cargas, incluindo suas obras viárias de apoio. Esse programa, em convênio com a União, é indispensável ao esforço de exportação nacional.

O aspecto *ferroviário* também indica problemas de insuficiência de capacidade em relação às necessidades de transporte do estado. Porém, esse é um problema a ser tratado em separado, no nível federal, pois são concessões a empresas privadas de titularidade da União.

Já no sistema *aeroviário* identificou-se a necessidade de construção de aeroportos regionais para melhoria das comunicações no estado. Saliente-se, nesse sentido, a adequação, ampliação e melhoramento do aeroporto de Chapecó, que poderá proporcionar a exportação de cargas congeladas e resfriadas para a Europa, Estados Unidos e Rússia em condições competitivas, melhorando a situação econômica do oeste catarinense.

Nesse contexto, os Programas identificados pela área de infra-estrutura de transportes seriam:

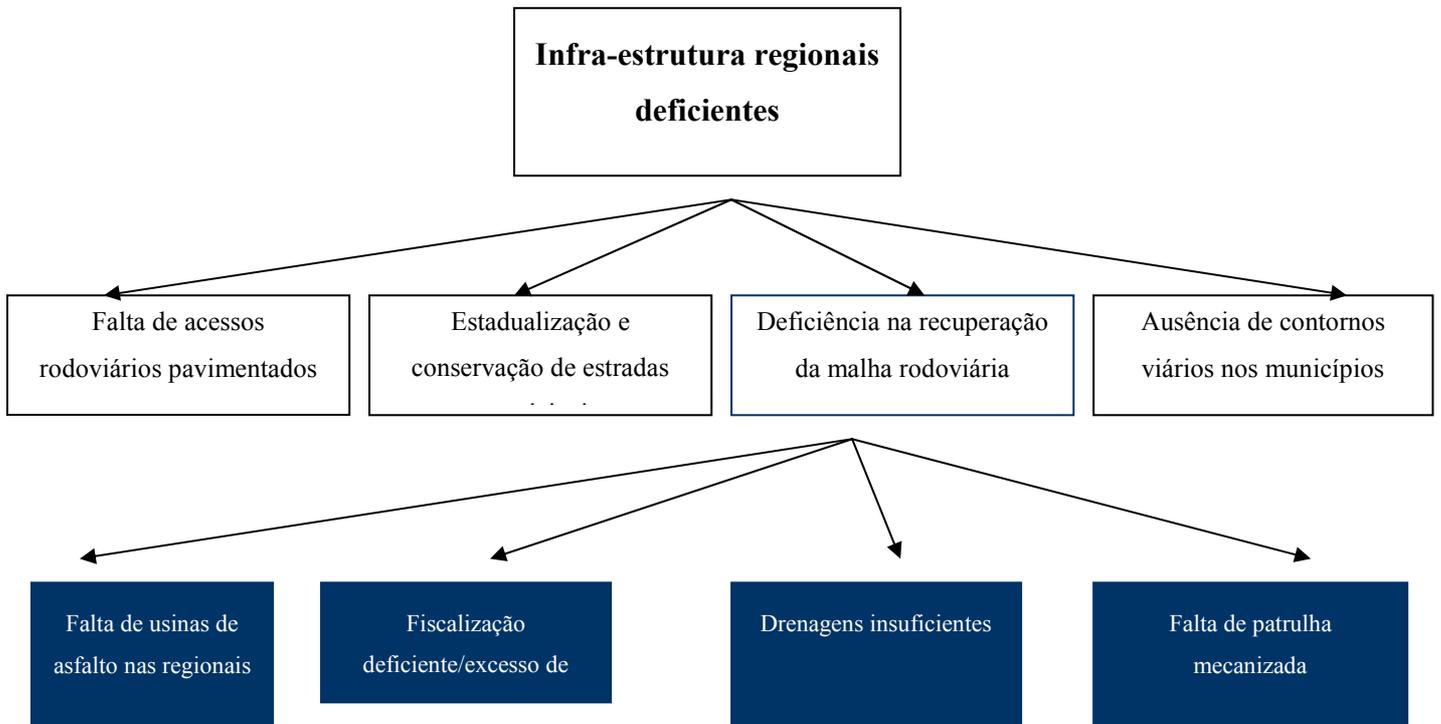
1. *Construção De Obras Rodoviárias*. visando a viabilizar o escoamento da produção no estado e permitir o tráfego de veículos nas rodovias sob quaisquer condições climáticas;
2. *Reforma e Aumento De Capacidade De Rodovias*. redução dos custos de transportes, redução do índice de acidentes, aumento das condições de segurança e trafegabilidade;
3. *Conservação e Segurança Rodoviária*. conservação do patrimônio público representado pelas rodovias, garantir a segurança dos usuários;
4. *Desenvolvimento de Estudos E Projetos*. necessidade de planos, estudos e projetos para execução das obras;
5. *Construção, Manutenção e Conservação De Barragens*. reduzir a vulnerabilidade de determinadas regiões do estado à ação de intempéries, efetuar o controle de cheias).

6. *Construção, Recuperação e Adequação De Obras Hidráulicas*. necessidade de obras de proteção de barras, canais e alargamento de praias;

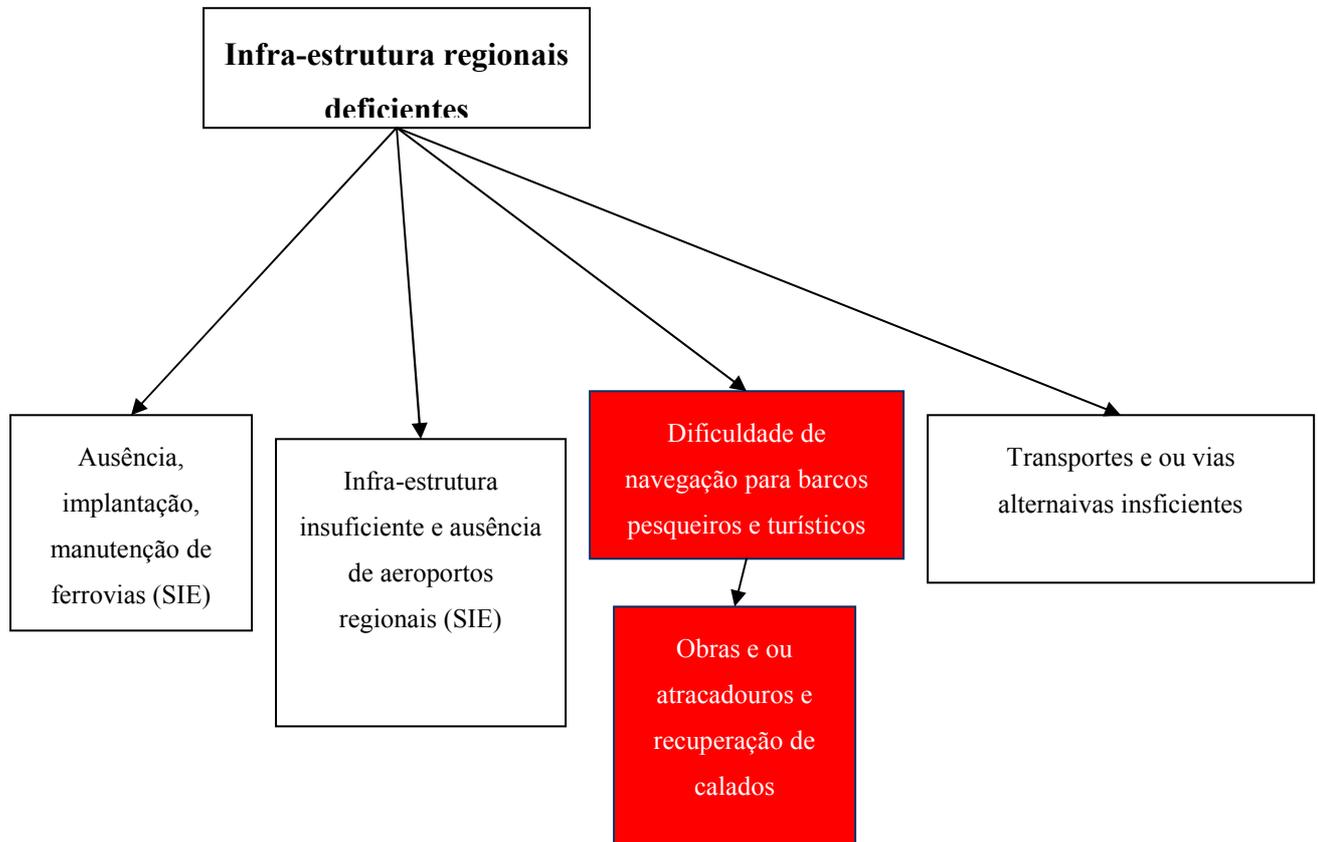
No que tange à infra-estrutura de *energia*, a Celesc já indicou o programa de expansão de geração própria, pela compra de participação em consórcios para construção de usinas, extensão de redes e ampliação de subestações no atendimento à população, com especial ênfase à eletrificação rural. Por outro lado, a SC-Gás prevê a expansão da rede de distribuição de gás natural para regiões hoje não servidas, requerendo ações coordenadas para redução do preço do gás e acordos com a Argentina.

No campo da *telefonia*, algumas Secretarias Regionais identificaram a necessidade de melhorar ou expandir o atendimento a regiões ainda não servidas, especialmente com telefonia celular, que impede o desenvolvimento de negócios, com ênfase no turismo.

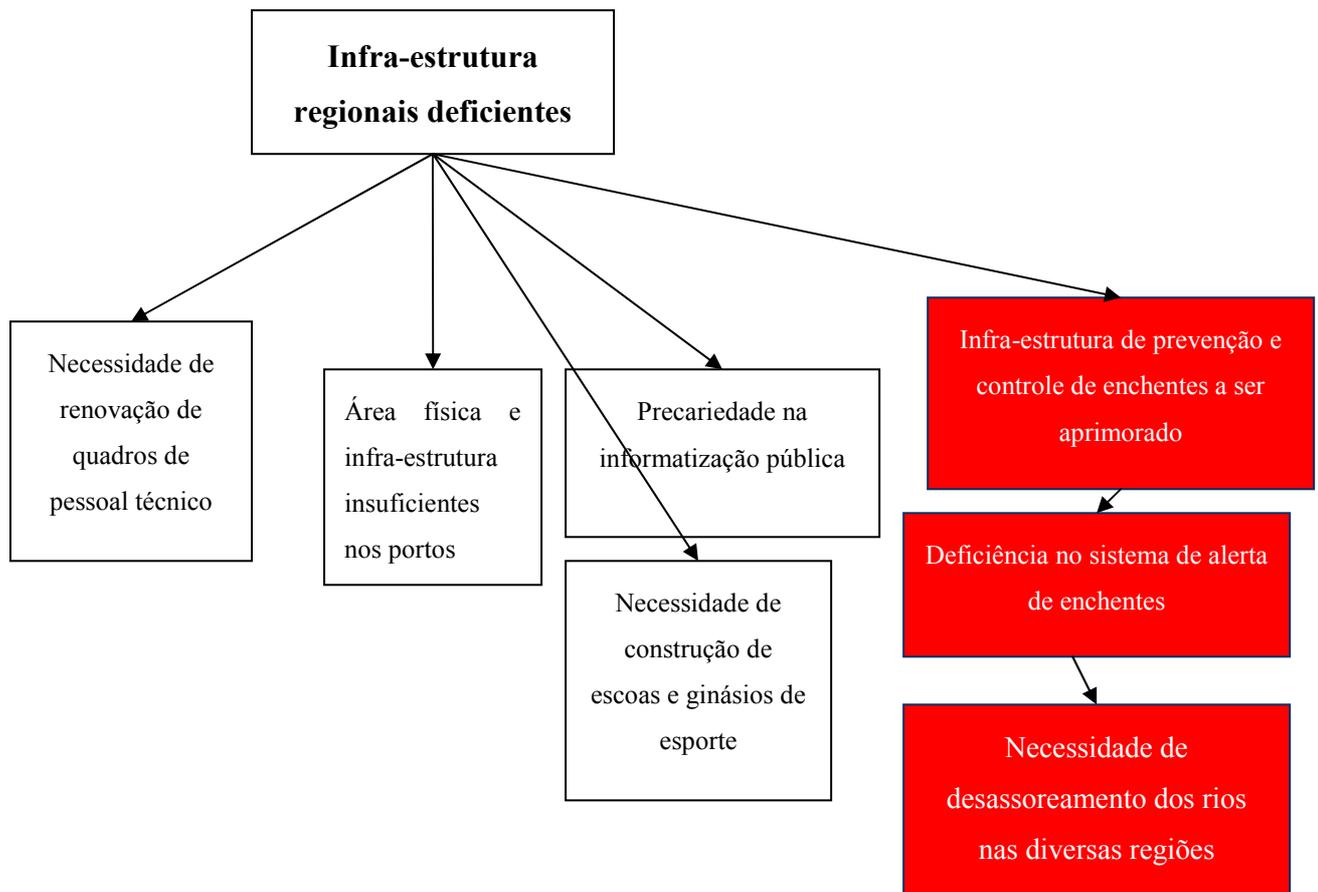
ÁRVORE DE PROBLEMAS – INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES



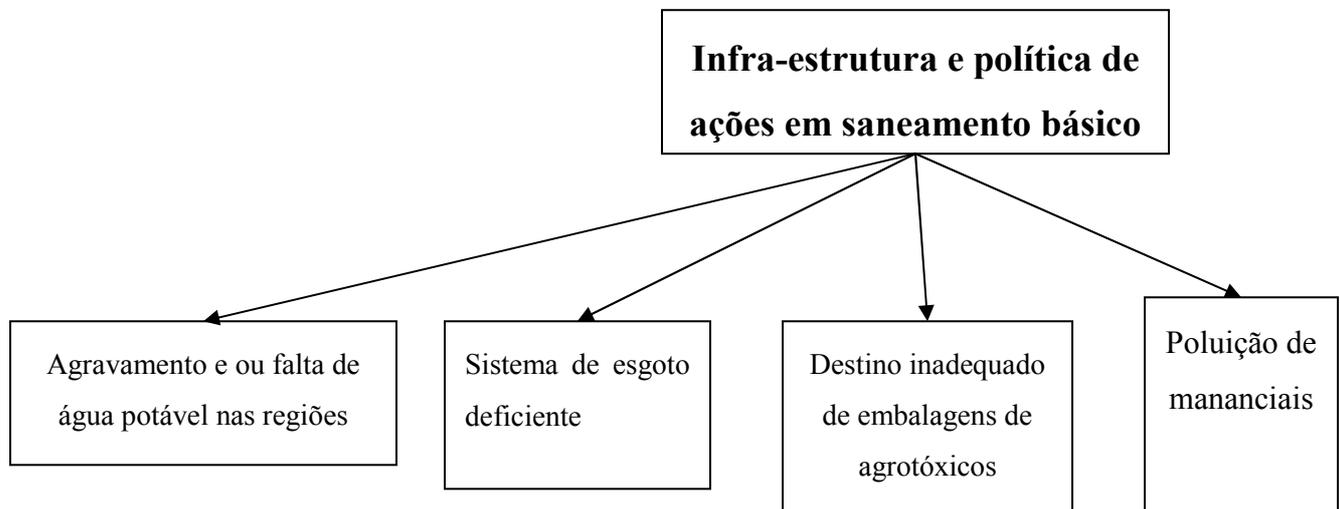
ÁRVORE DE PROBLEMAS – INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES



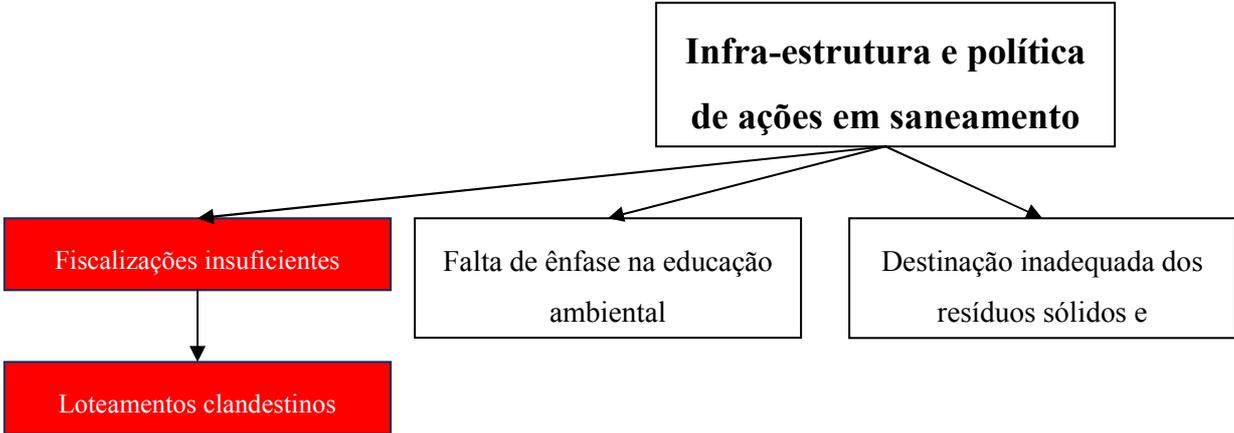
ÁRVORE DE PROBLEMAS – INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES



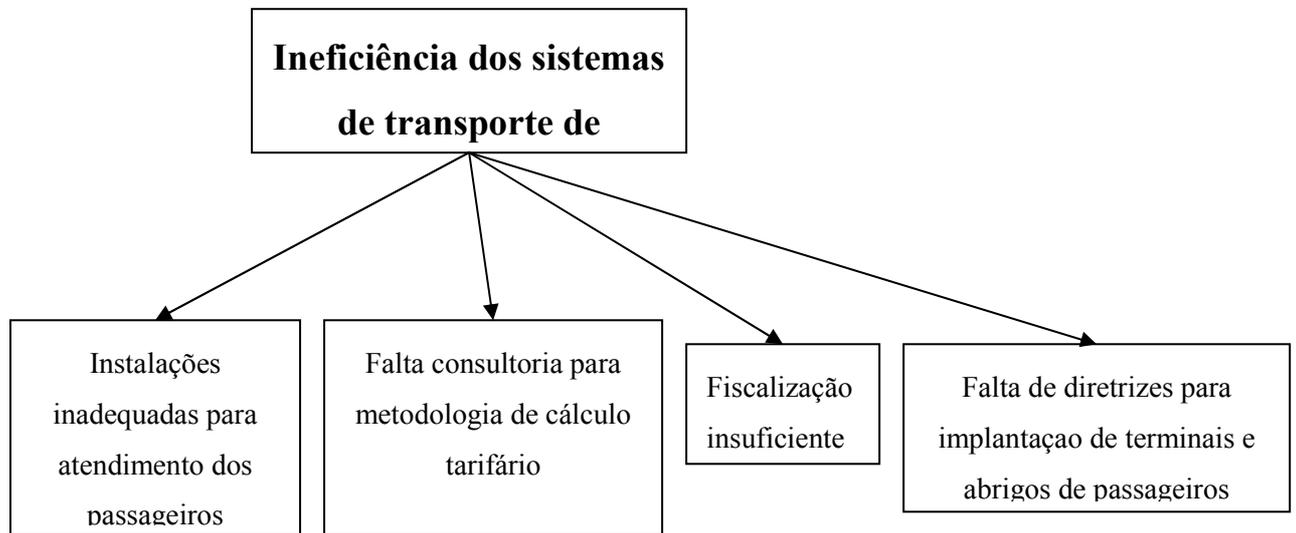
ÁRVORE DE PROBLEMAS – SANEAMENTO



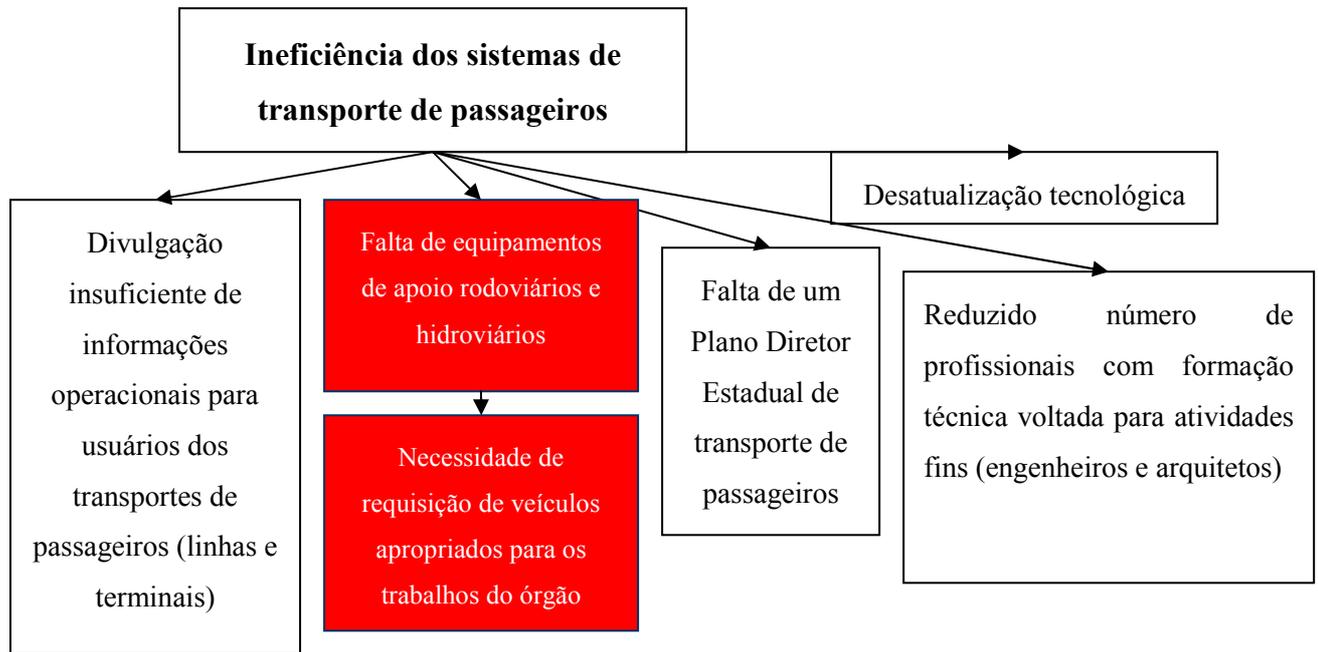
ÁRVORE DE PROBLEMAS – SANEAMENTO



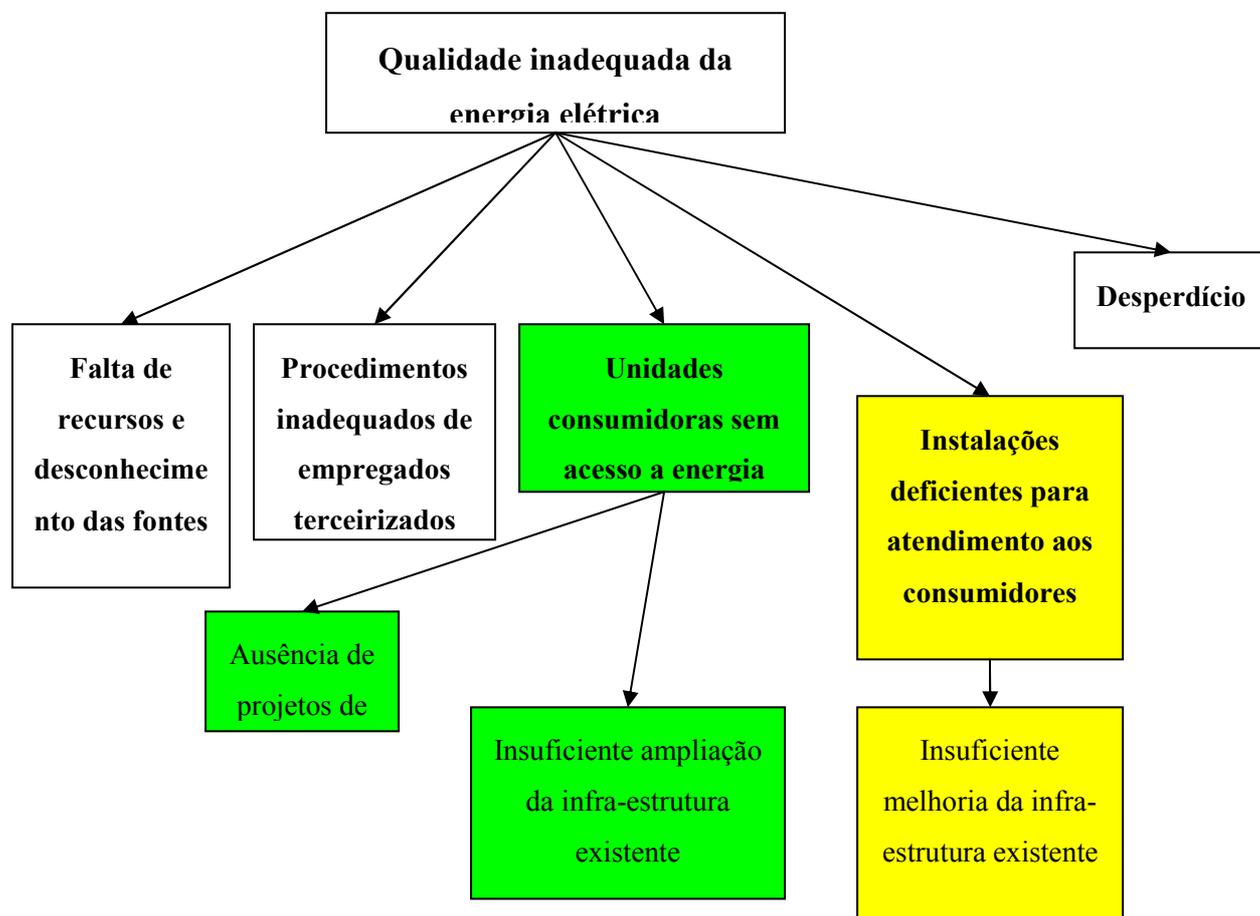
ÁRVORE DE PROBLEMAS – INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DETER



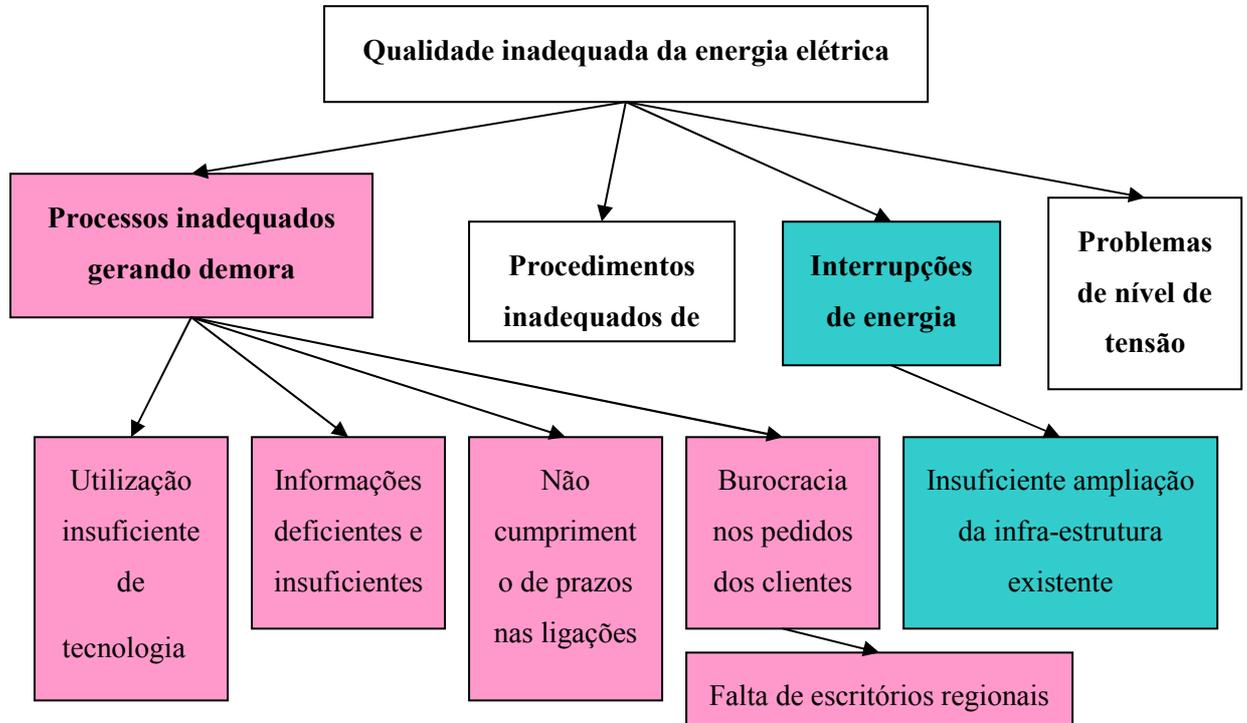
ÁRVORE DE PROBLEMAS – INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DETER



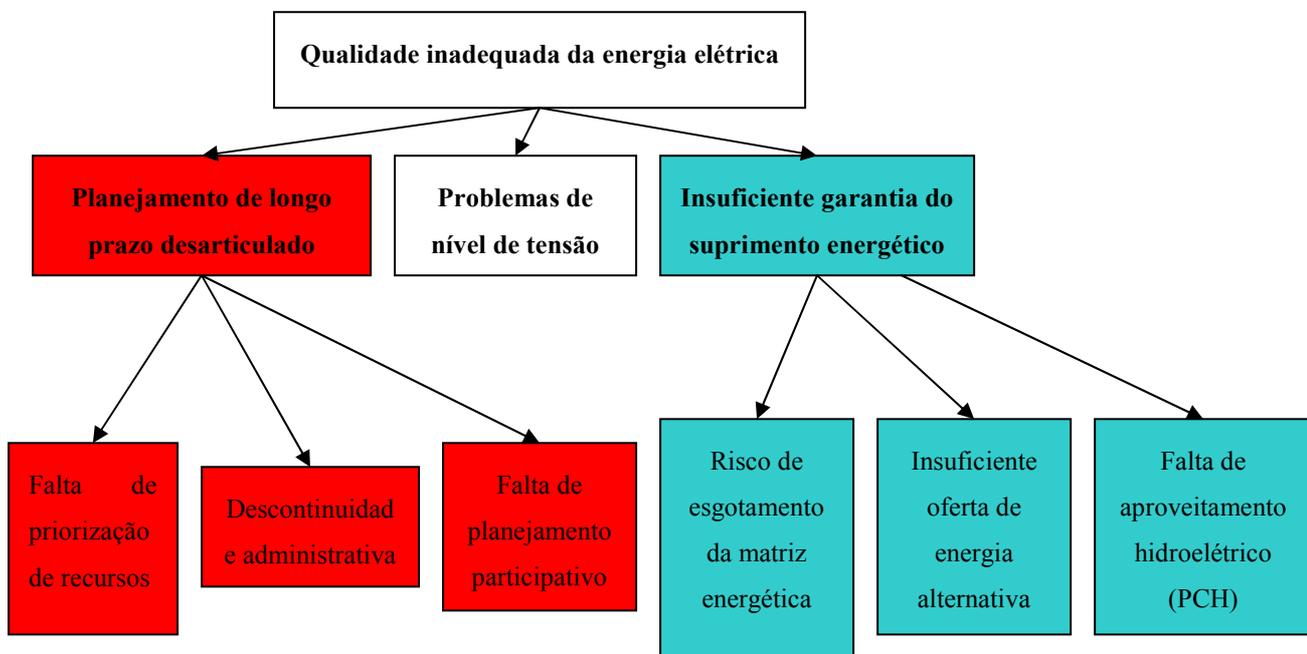
ÁRVORE DE PROBLEMAS – ENERGIA



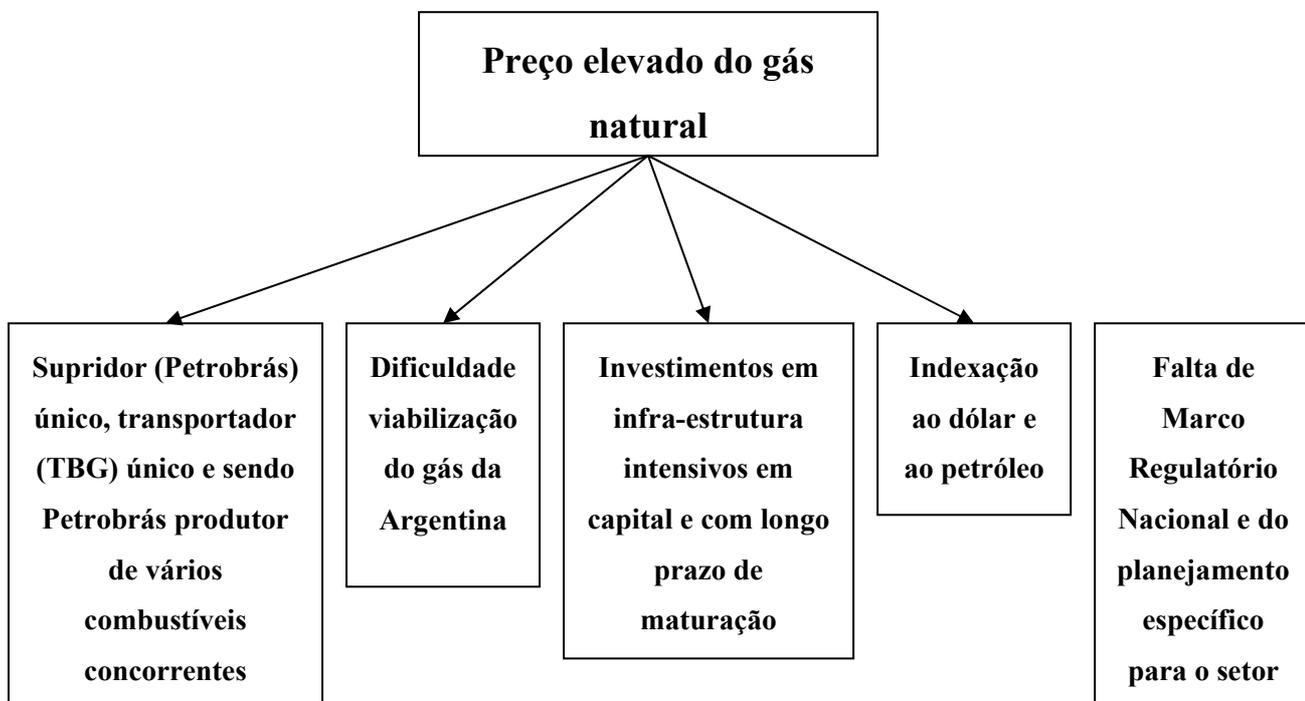
ÁRVORE DE PROBLEMAS – ENERGIA



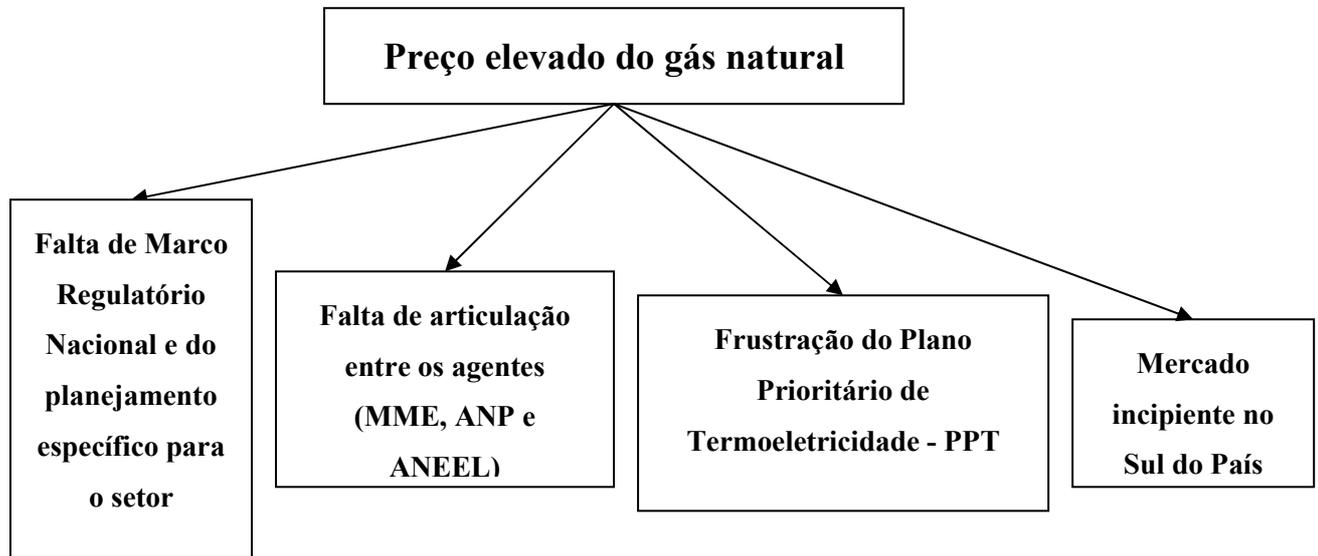
ÁRVORE DE PROBLEMAS – ENERGIA



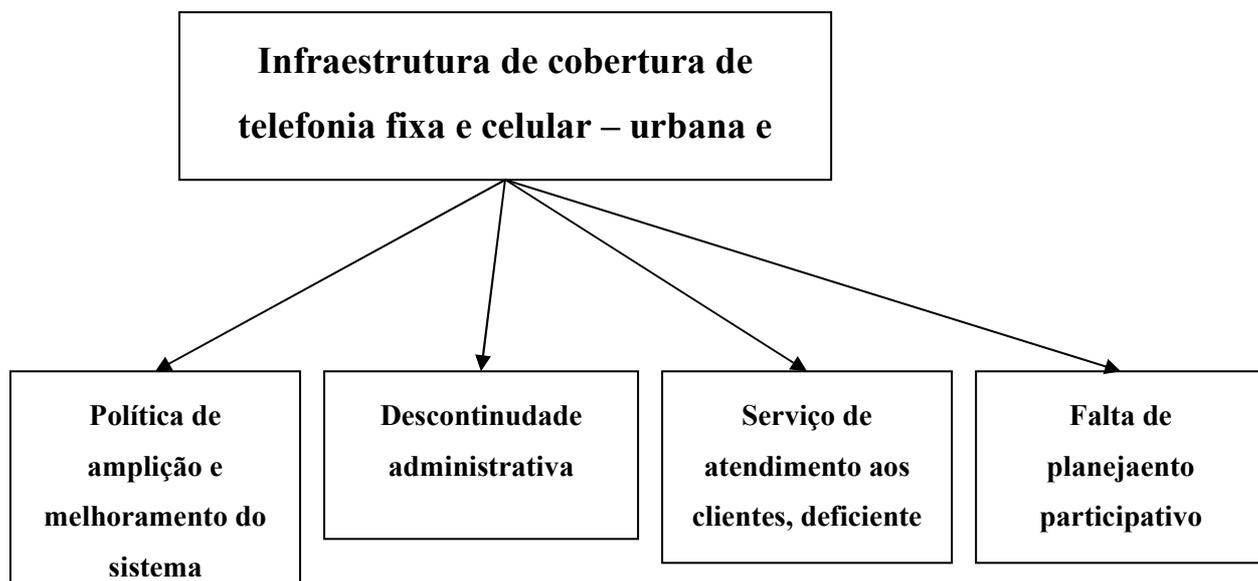
ÁRVORE DE PROBLEMAS – GÁS NATURAL



ÁRVORE DE PROBLEMAS – GÁS NATURAL



ÁRVORE DE PROBLEMAS – TELEFONIA



6.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Após assumir o Governo do Estado, em janeiro de 2003, a atual Administração encontrou uma situação crítica do ponto de vista financeiro, desde atraso no pagamento da dívida pública a ordens de seqüestro de receitas emitidas pelo Tesouro Nacional. As disponibilidades de caixa existentes, na realidade, eram recursos pertencentes a outros entes: à Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Autarquias, Fundos e Fundações.

O Estado de Santa Catarina não mais possui capacidade de contrair novos empréstimos, em função do excessivo endividamento e de não apresentar condições financeiras para o pagamento dos mesmos. Níveis excessivos de endividamento geram um comprometimento de grande parcela da receita futura com o pagamento do serviço da dívida, tendo efeitos perversos sobre a quantidade e a qualidade dos serviços públicos a serem prestados à sociedade. A Dívida Pública Fundada, que exclui a dívida mobiliária que está em discussão judicial, estava no nível de R\$ 8.729 milhões, no início desta Administração.

O Estado de Santa Catarina está realizando sacrifícios para manter em dia os pagamentos com a dívida pública, o que tem reduzido, muito além do desejado, as despesas com outros itens, causando prejuízos aos serviços básicos oferecidos à população e implicando, ademais, a redução na taxa de crescimento a longo prazo da economia, com a incapacidade financeira do Governo fazer investimentos públicos em educação, meio ambiente, segurança, saúde e infra-estrutura, necessários ao bom funcionamento da economia e à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Segundo o Balanço Financeiro do Estado, em 31/12/2002, o Patrimônio Financeiro compreendia o Ativo Financeiro no valor de R\$ 581,83 milhões e o Passivo Financeiro de R\$ 926,29, registrando-se, portanto, o déficit financeiro de R\$ 344,47 milhões, o que equivale a 59,20 % do Ativo Financeiro. Igualmente desoladora é a situação das dívidas contabilizadas pelas empresas em cujo capital social o Tesouro Estadual é majoritário, direta ou indiretamente; o Passivo Total dessas empresas ascende a R\$ 3.933,88 milhões, sendo R\$ 1.511,72 milhões de Passivo Circulante.

Por outro lado, existe uma pesada herança para a sociedade, na deterioração dos serviços públicos essenciais e nas dívidas não pagas, como a dívida do Governo do estado com o INSS, no valor de R\$ 369 milhões, dos quais R\$ 229,2 milhões pertencem à Secretaria de educação. A CASAN estava em estado pré-falimentar, com dívidas vencidas da ordem de R\$ 158 milhões e dívidas trabalhistas milionárias, inclusive com seqüestro de receitas. Na Saúde, o total de dívidas vencidas chegava a quase R\$ 58 milhões e a CELESC encerrou o exercício de 2002 com um prejuízo de R\$ 290 milhões, causados, em grande parte, pela provisão para um temerário Programa de Demissão Incentivada (PDI).

Mas um dos fatores que mais contribuíram para o *deficit* financeiro foi a evolução da folha de pessoal, que possui crescimento vegetativo, não mais mascarado pela inflação, requerendo equacionamento prudente. Atualmente, esta despesa equivale a cerca de 49 % da receita Corrente Líquida.

6.5 DIMENSÃO GESTÃO

6.5.1 Administração

Em uma era de grandes transformações tecnológicas muitas práticas no serviço público permanecem ainda manuais e arcaicas, com uma forte cultura de concentração e centralização. Modernos recursos tecnológicos e de gestão disponíveis não estão sendo plenamente utilizados, resultando na baixa da qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos catarinenses.

A valorização e a melhoria da qualificação do servidor público podem mudar esse quadro. Para transformar o conceito de administração do Estado, é fundamental que sejam definidas, na área de Recursos Humanos, entre outras medidas, as seguintes: novas diretrizes e critérios para a sua gestão, redimensionamento dos quadros lotacionais e implantação de novos sistemas de carreira e de avaliação de desempenho individual.

A reciclagem e a *capacitação do servidor público* devem contribuir muito para a melhoria do desempenho das atividades administrativas do serviço público, mormente agora na descentralização adotada através das Secretarias de Desenvolvimento Regional recentemente instaladas.

Importante ressaltar que muitos servidores buscam o atendimento a seus problemas de saúde (*saúde do servidor*). Não obstante os esforços empreendidos pelos servidores responsáveis, observa-se a precariedade no atendimento, tanto na capital como nas unidades regionais, face

às condições das instalações físicas, à insuficiência e obsolescência dos equipamentos e ao baixo nível tecnológico dos controles existentes. Muitos servidores sofrem de problemas emocionais, e o ambiente e a qualidade dos serviços prestados acabam por deprimir ainda mais o seu estado.

Também o atual sistema de *controle do patrimônio estadual* precisa torna-se mais eficaz e menos dispendioso ao Estado, necessitando-se adotar medidas urgentes para o seu aperfeiçoamento e modernização, uma vez que os recadastramentos e outras iniciativas neste sentido não tiveram os resultados esperados.

A área de *materiais e serviços* vem aperfeiçoando e modernizando a sua gestão, a exemplo da recente implantação do pregão eletrônico para as compras públicas, necessitando, contudo, persistir na busca por práticas mais ágeis, descentralizadas e transparentes, que resultem em menor custo e maior qualidade aos produtos e serviços contratados pelo Estado.

Outro ponto a ser aperfeiçoado é o da *gestão documental*. O prédio que hoje sedia o Arquivo Público do Estado é alugado e inadequado à sua finalidade; suas instalações e equipamentos são insuficientes e obsoletos, resultando num atendimento de baixa qualidade. Os documentos que compõem o Arquivo Público vêm sendo, ao longo dos anos, preservados e disponibilizados a estudantes, professores, administradores públicos e público em geral, mais pela dedicação e esforço dos técnicos do que pela disponibilização de recursos por parte da administração pública.

Outras atividades administrativas do Estado estão sendo conduzidas dentro das diretrizes da nova gestão descentralizada:

6.5.2 Previdência

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC tem por responsabilidade desempenhar atividades relacionadas com o sistema previdenciário dos servidores Estaduais, atuando igualmente na área da saúde. Atualmente, o IPESC conta com aproximadamente 133.155 associados, sendo 7.892 Pensionistas; por outro lado, ele possui 233.786 dependentes e 372.564 beneficiários.

No exame dos problemas do estado na área previdenciária, o IPESC identificou 2 (dois) problemas principais:

1. Insuficiência da assistência à saúde dos servidores, que gerou uma proposta de programa corretivo, composto de ações de implantação de um novo plano de saúde e de assistência farmacêutica.
2. O déficit no pagamento de pensões, que gerou proposta de programa para realizar estudos atuariais e maior controle da pensão dos inativos do IPESC, e ação com objetivo de incremento da receita.

6.5.3 Jurídico-Legal

A Procuradoria Geral do Estado – PGE, órgão central do sistema de serviços jurídicos., tem por finalidade representar e defender o Estado, judicial e extrajudicialmente, desenvolver as

atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, assim como coordenar as atividades de consultoria jurídica da administração direta e autárquica do Estado.

A Procuradoria Geral do Estado atua através de cinco Procuradorias específicas e não possui um quadro de pessoal próprio adequado para atender, de forma quantitativa e qualitativa, às tarefas demandadas. Fatores como a insuficiência de instalações e de equipamentos, mobiliário inadequado, carência de capacitação e reciclagem dos recursos humanos, somados, prejudicam a agilidade dos serviços prestados.

A prestação de serviços com qualidade é o princípio norteador da gestão da Procuradoria Geral do Estado, nesta administração, procurando atuar, sempre que possível preventivamente, antevendo as conseqüências jurídicas dos atos e fatos dos usuários (administração direta e autárquica). Nesta linha de gestão, algumas ações importantes estão sendo executadas e já produzem resultados significativos. As principais são:

- Atuação da Corregedoria da PGE;
- Fortalecimento das condições de trabalho das Procuradorias Regionais;
- Aprimoramento do atual sistema informatizado da Procuradoria, com estudos para a aplicação de tecnologias modernas e investimentos continuados na área de informática.

6.5.4 Fomento Científico

Como concebido atualmente, o desenvolvimento está baseado em conhecimento, que precisa ser continuamente ampliado e transformado em tecnologias que possam contribuir para manter países e regiões em posição competitiva privilegiada, diante do intenso processo de

globalização existente. Partindo-se dessa motivação econômica - chave nas decisões da sociedade moderna -, que repercute direta e intensamente em aspectos sociais e ambientais, constata-se a necessidade de investimentos contínuos em ciência, tecnologia e inovação no aprimoramento das instituições e dos atores envolvidos.

Na "nova" sociedade que vai se estruturando em redes, de forma cada vez mais intensa e rápida, um dos principais desafios para o desenvolvimento tecnológico consiste em integrar todos os agentes do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, públicos e privados, num pacto convergente de ações que promovam a valorização das potencialidades de todos os participantes.

Santa Catarina, pelas características que possui e pela nova estruturação administrativa implantada, que favorece a valorização das diferentes características regionais, pode assumir posição de destaque em Ciência e Tecnologia. Isso, entretanto, implica uma reorientação da política estadual, com conseqüente:

- * reestruturação dos órgãos estaduais e integração dos mesmos com universidades, com os setores produtivos e com os demais segmentos sociais do estado;

- * priorização de projetos de pesquisa e desenvolvimento vinculados a programas de desenvolvimento regional;

- * promoção do desenvolvimento da capacidade regional de produção de bens e serviços;

- * ampliação e melhoria da formação de pesquisadores; e

* incentivo à pesquisa de processos que agreguem valor aos produtos ou propiciem desenvolvimento de sua própria tecnologia;

Para concretizar essa política, é necessário que os investimentos previstos constitucionalmente sejam aplicados em Ciência, Tecnologia e Inovação. A Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – FUNCITEC, nesse contexto, condensou suas ações no campo em dois programas:

1. O programa *Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação* busca uma ação integrada entre governo federal, estadual, municipal, universidades e setor produtivo;
2. O programa *Apoio à Modernização Tecnológica do Governo*, que visa permitir ao cidadão catarinense acesso a informações e serviços públicos em forma rápida e transparente integrando os provedores de serviços públicos.

6.5.5 Informatização

O CIASC presta serviços de informática a mais de 60 órgãos da administração direta, fundações, autarquias e empresas de economia mista do Governo do Estado de Santa Catarina. Atualmente, a empresa conta com 383 empregados, dos quais cerca de 70 % estão na área técnica, sendo responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de sistemas, além de prestar serviços de consultoria e treinamento a órgãos do estado no tema de informática.

De acordo com uma pesquisa efetuada pelo CIASC, em janeiro de 2003, buscando conhecer cada vez mais as necessidades de sua clientela, apenas 57 % dos computadores instalados em

uma amostra de 20 órgãos estavam dentro do padrão do mercado (Pentium III e IV), constatando-se a necessidade de novos investimentos em equipamentos.

Outro levantamento na mesma época indicou a necessidade do CIASC desenvolver ou aperfeiçoar sistemas de uso exclusivo de algumas Secretarias e órgãos estatais, como, por exemplo, Secretarias de Administração, Fazenda, Educação e Inovação, Segurança Pública e do Planejamento.